

**INSTITUTO FEDERAL DE SANTA CATARINA
CAMPUS SÃO MIGUEL DO OESTE
CURSO TÉCNICO EM AGROPECUÁRIA INTEGRADO AO ENSINO MÉDIO**

**DÉBORA CRISTINA JACOSKI
ISADORA ZENI SCHMIDT
LARISSA PEREIRA DUARTE
MARCIELLY BÜTTNER
MONIQUE BERWANGER**

**DINÂMICAS SOCIAIS DE MULHERES JOVENS RURAIS ESTUDANTES DO
INSTITUTO FEDERAL DE SANTA CATARINA, CAMPUS DE SÃO MIGUEL DO
OESTE**

SÃO MIGUEL DO OESTE/SC, 2019

DÉBORA CRISTINA JACOSKI
ISADORA ZENI SCHMIDT
LARISSA PEREIRA DUARTE
MARCIELLY BÜTTNER
MONIQUE BERWANGER

**DINÂMICAS SOCIAIS DE MULHERES JOVENS RURAIS ESTUDANTES DO
INSTITUTO FEDERAL DE SANTA CATARINA, CAMPUS DE SÃO MIGUEL DO
OESTE**

Relatório de Pesquisa apresentado à Unidade Curricular Projeto Integrador do Curso Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina – Campus São Miguel do Oeste/SC.

Orientadora: Ma. Maristella Letícia Selli
Coorientador: Dr. Rodrigo Kummer

SÃO MIGUEL DO OESTE/SC, 2019

DINÂMICAS SOCIAIS DE MULHERES JOVENS RURAIS ESTUDANTES DO
INSTITUTO FEDERAL DE SANTA CATARINA, CAMPUS DE SÃO MIGUEL DO
OESTE

DÉBORA CRISTINA JACOSKI
ISADORA ZENI SCHMIDT
LARISSA PEREIRA DUARTE
MARCIELLY BÜTTNER
MONIQUE BERWANGER

Este trabalho foi julgado adequado para obtenção do Título de Técnico Em Agropecuária – Nível Médio e aprovado na sua forma final pela banca examinadora do Curso Técnico Integrado em Agropecuária do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina.

São Miguel do Oeste, 04 de dezembro de 2019.

A todas as mulheres que desbravaram as barreiras do machismo, patriarcalismo e relações de gênero desiguais na sociedade, possibilitando que, com suas lutas, tenhamos hoje em dia um pouco mais de vez e voz.

RESUMO

Esta pesquisa trata dos processos de permanência e migração de jovens rurais do sexo feminino na microrregião do Extremo Oeste de Santa Catarina. A permanência e a migração rural afetam os processos sociais do local onde ocorrem. Essas escolhas, muitas vezes, são determinadas por problemas sociais de uma cultura, não enfatizados devido a um processo de naturalização de problemáticas ligadas ao gênero, assim, reproduzindo-se ao longo do tempo. Um desses problemas são as relações de gênero desiguais que ocorrem no meio rural. Dessa maneira, observa-se a necessidade de pesquisas que permitam agregar conhecimento sobre a realidade das jovens rurais estudantes do Instituto Federal de Santa Catarina, campus São Miguel do Oeste, compreendendo os motivos que as levam a fazer escolhas pessoais e a sua relação com o gênero. A pesquisa foi realizada por meio de análise bibliográfica, aplicação de questionários exploratórios e entrevistas individuais estruturadas. As perguntas foram relacionadas a questões econômicas, perspectivas acerca do futuro, relações familiares, questões relacionadas ao gênero e ao lugar em que vivem. Os dados foram analisados e discutidos por meio de comparações, com base em 14 entrevistas e 60 questionários aplicados para jovens residentes no meio rural, além disso, foram utilizados tabelas e gráficos para ilustrar as explicações. Com isso, conclui-se que as violências de gênero interferem nos aspectos decisivos entre partir ou permanecer no campo, construindo uma sobrepujança da alternativa partir.

Palavras-chave: Juventude rural. Gênero. Permanência. Migração. Violência.

LISTA DE FIGURAS

Gráfico 1 – Tempo de Residência no Meio Rural (Feminino).....	29
Gráfico 2 – Relação das Atividades Familiares com a Agricultura (Feminino)....	30
Gráfico 3 – Pretensão de Permanência Rural (Feminino).....	32
Gráfico 4 – Aspectos do Meio Rural que mais Incomodam (Feminino).....	38
Gráfico 5 – Causadores do Sentimento de Inferiorização (Feminino).....	40
Gráfico 6 – Satisfação com a Vida Atual (Feminino).....	41
Gráfico 7 – Incentivadores de Permanência no Meio Rural (Feminino).....	42

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Dados Gerais.....	28
Tabela 2 – Motivos da Permanência no Meio Rural (Feminino).....	34
Tabela 3 – Motivos da Migração Rural Urbana (Feminino e Masculino).....	35
Tabela 4 – Motivos de Apreço pelo Meio Rural (Feminino e Masculino).....	36
Tabela 5 – Motivos de Desapreço pelo Meio Rural (Feminino e Masculino).....	37
Tabela 6 – Sentimento de Impossibilidade (Feminino e Masculino).....	38
Tabela 7 – Papel nas Atividades do Grupo Familiar (Feminino).....	40
Tabela 8 – Incentivo dos Pais (Feminino).....	42
Tabela 9 – Participação nos Projetos e Decisões da Família (Feminino e Masculino).....	43
Tabela 10 – Dificuldades para a Permanência no Campo (Feminino).....	43
Tabela 11 – Possibilidade de Matrimônio (Feminino e Masculino).....	44

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	9
2. OBJETIVOS.....	12
2.1 Objetivo geral	12
2.2 Objetivos Específicos	12
3. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA.....	13
4. MATERIAL E MÉTODOS.....	26
5. RESULTADOS E DISCUSSÕES	28
5.1 Percepções Objetivas	28
5.2 Percepções Subjetivas	45
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	56
7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	58
8. ANEXOS	61
8.1 Anexo I – Questionários para Alunos do Meio Rural	61
8.2 Anexo II - Questionários para Alunos do Meio Urbano.....	64
8.3 Anexo III – Roteiro de Entrevista para Alunas do Meio Rural	67
8.4 Anexo IV – Orçamento	68

1. INTRODUÇÃO

O Extremo Oeste catarinense compreende a microrregião de São Miguel do Oeste, abarcando 21 municípios, com uma população de aproximadamente 180 mil habitantes. É configurado por formar, a Oeste, a fronteira nacional brasileira em relação à Argentina. Além disso, faz fronteira interna ao Norte com o Estado do Paraná e ao Sul com o Estado do Rio Grande do Sul. A Leste limita-se com a microrregião de Chapecó, junto da qual forma a mesorregião Oeste Catarinense, da qual estão vinculadas ainda as microrregiões de Concórdia, Joaçaba e Xanxerê.

Trata-se de uma região majoritariamente rural, herdeira do patriarcalismo e com atividades voltadas à agricultura familiar. Nos últimos anos, apresenta um índice crescente do êxodo rural em detrimento da permanência no campo, sobretudo de jovens mulheres. Nesse contexto, percebe-se a necessidade de analisar a dinâmica social que está sendo remodelada e que reflete na construção de sociedade e de estrutura de uma nova região.

Ao longo do tempo houve uma naturalização das opressões de gênero, que acarretou em desigualdades sociais latentes, especialmente para as mulheres. Essas, em muitos casos, possuem uma realidade mascarada, além da invisibilidade e da violência simbólica intrínseca ao seu modo de vida que foi reproduzida de geração para geração. O assunto é de total relevância, pois influencia nas diretrizes humanas, bem como nas tomadas de decisões que buscam modificar essa conjuntura em prol da igualdade de gênero e da desvinculação com o sistema patriarcal. Tais fatores, aliados às condições acerca da vida de uma jovem mulher no campo, levam ao questionamento dos porquês da permanência ou da ruptura com o meio rural na atual conjuntura.

O êxodo rural é, de fato, um dos grandes problemas histórico-culturais que refletem diretamente na construção e transformação de uma região e de um povo. O Extremo Oeste catarinense apresenta índices significativos de migração do campo para as cidades, caracterizando a consolidação de um imaginário negativo acerca das concepções do rural, sobretudo para o gênero feminino.

Tendo em vista os fatos mencionados anteriormente, o IFSC - Instituto Federal de Santa Catarina - introduziu vários projetos que dizem respeito a área agrícola produtiva, visando avanços técnicos. Entretanto, validando a importância que o êxodo, bem como a permanência no meio rural proporcionam para a sociedade num todo,

confere-se a carência de pesquisas relacionadas a essa temática no Extremo Oeste catarinense. As questões sociais são tão importantes quanto às técnicas e refletem aspectos humanos essenciais para o desenvolvimento.

Existem inúmeros problemas sociais intrínsecos à construção de uma determinada cultura e que não são enfatizados devido a processos de naturalização das opressões de gênero, e, dessa forma, reproduzem-se ao longo do tempo no meio rural. Considerando esse fato, infere-se a necessidade de discutir e disseminar possibilidades que permitam transformações sociais que visem a equidade de gênero.

Uma das consequências da naturalização é a invisibilidade da mulher dentro das dinâmicas sociais do meio rural. Em seus estudos, a autora Maria Ignez Silveira Paulilo tratou desse tema mostrando a realidade com exemplificações práticas e cotidianas a partir da concepção de mulheres que estão inclusas nesse meio.

A mulher acorda e levanta antes do marido. Prepara o café, tira o leite, encaminha o almoço e, às vezes, ainda põe a roupa de molho. Aí o marido levanta, e vão pra roça juntos. Voltam da roça o marido está cansado, claro. A mulher não, porque ela é feita de aço inoxidável. (PAULILO, 1987, p. 1)

Esse assunto é tão relevante quanto as noções históricas de sua constituição, visto que o processo de desnaturalização e visibilidade de um determinado grupo acarreta mudanças profundas nas diretrizes humanas. Porém, tão importante quanto o êxodo, é a permanência das mulheres vinculadas a esse meio. Segundo Kummer (2019), com esse processo de naturalização da opressão de gênero, as mulheres sofrem com a ausência de espaços de protagonismo. Isso acarreta uma falta de autonomia e de um sentimento de pertencimento ao tecido social rural. A decisão de permanecer no meio rural provoca, entre todas as consequências, a invisibilidade e o sufocamento de violências físicas e simbólicas, cometidas dentro das residências em que vivem as mulheres.

É o caso de Eraci Terezinha Eichelberger Seibert, 63 anos, que vive em São Miguel do Oeste, proibida pelo marido de se despedir dos pais no leito de morte. Também de Lucimar Roman, 53 anos, moradora de São José do Cedro, escorraçada e mandada embora pelo marido com três filhos pequenos. Se Eraci e Lucimar conseguem falar, deixam-se fotografar e identificar, outras se escondem por medo de represálias. (DIÁRIO CATARINENSE, 2017, p. 3)

Enquanto Instituição, o IFSC busca promover a inclusão e formar cidadãos por meio da educação profissional, científica e tecnológica, gerando e difundindo conhecimento para o desenvolvimento social. Essa causa se justifica pela questão de que a “violência contra a mulher da área rural também permanece invisível para a escola. Quando vem à tona, é mais pela sensibilidade do professor do que propriamente por uma política educacional” (DIÁRIO CATARINENSE, 2017, p. 15).

Se as condições proporcionadas são aparentemente tão desfavoráveis, por que essas jovens optam pela permanência? Quem conta suas histórias? Dessa forma, é dever das instituições de ensino e pesquisa como o IFSC assim o fazerem, garantindo que o assunto seja discutido e ganhe maior visibilidade.

Reforça-se que o grupo de pesquisadoras desse projeto integrador é composto por cinco mulheres estudantes do curso Técnico em Agropecuária do Instituto Federal de Santa Catarina do campus de São Miguel do Oeste. A decisão, portanto, de analisar as relações cotidianas das mulheres que possuem vínculos diretos com o campo partiu da necessidade de melhor compreender as dinâmicas sociais das jovens rurais da região. Essa análise potencializa uma reflexão ampliada sobre as condições e os espaços sociais das mulheres no Extremo Oeste catarinense.

O texto está organizado em cinco partes, além dessa breve introdução. Apresentam-se inicialmente os objetivos da pesquisa, seguidos da revisão bibliográfica em relação a temática e problemática. Na sequência, destacam-se os procedimentos metodológicos. A quarta parte consiste na discussão dos resultados, encerrando-se com as considerações finais.

2. OBJETIVOS

2.1 Objetivo geral

Analisar a relação entre violência de gênero e a permanência e/ou êxodo das jovens mulheres estudantes do Instituto Federal de Santa Catarina – Campus São Miguel do Oeste – que possuem vínculos com atividades socioeconômicas e familiares no meio rural.

2.2 Objetivos Específicos

- Conhecer a realidade na qual as jovens estudantes do Instituto Federal de Santa Catarina – Campus de São Miguel do Oeste – estão inseridas e suas percepções diante desta.
- Problematizar relações simbolicamente naturalizadas, bem como sua reprodução no cotidiano.
- Analisar as relações familiares de jovens mulheres e sua correlação com as perspectivas de permanência ou saída do meio rural.
- Como as relações de gênero da maneira que estão estruturadas afetam em suas decisões

3. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

A troca de população entre as diversas regiões tem consequências bastante marcantes. O êxodo rural, bem como a escolha pela permanência no campo, são grandes exemplos desses fatores, visto que podem afetar diretamente e indiretamente os processos sociais de determinado local, como por exemplo, no contexto histórico das Revoluções Industriais.

Após o fomento das Revoluções Industriais, quando as cidades passaram a se desenvolver, ocorreu uma explosão comercial e uma intensa demanda produtiva das fábricas. Além disso, a mão de obra utilizada na produção foi composta, em grande parte, pela população rural migrante. Com todo o fluxo migratório para os novos locais de atração, o campo e os aspectos relacionados a ele ficaram em detrimento às cidades, originando percepções que engendraram estereótipos acerca do camponês e do meio rural em questão. Tais estereótipos colaboraram para a consolidação de preconceito e discriminação, e acabaram por estabelecer uma imagem negativa do campo.

O povo começou a deixar suas velhas cidades feudais para iniciar vida nova nessas ativas cidades em progresso. A expansão do comércio significava trabalho para maior número de pessoas e estas afluíam à cidade, a fim de obtê-lo. (HUBERMAN, 1981, p. 28).

Hoje, essa mentalidade está intrínseca às concepções de rural e urbano. O decreto-lei 311, de 2 de março de 1938 (BRASIL, 1938) definiu os conceitos de cidade e campo, sendo o primeiro caracterizado pela grande aglomeração de indivíduos e serviços. Já o segundo, por outro lado, é definido (ou não definido) como a ausência de elementos urbanos, sendo dessa forma, limitado pelo conceito oposto.

Segundo Martins (2010), prevalece a concepção da vida no campo diante de uma negativa ao urbano, o que significa pensar que o rural só é contemplado a partir da oposição ao espaço urbano, este último ligado ao desenvolvimento e ao progresso. Tais definições tornam-se problemáticas, pois prejudicam tanto a cidade quanto o campo. Sobretudo, diminuem a complexidade dos espaços, subjugando-os.

Não existem definições claras de rural e urbano, pois essas representações estão diretamente ligadas às vivências pessoais dos indivíduos. Segundo Veiga (2004), as noções de urbano são problemáticas, pois nem todas as cidades têm

verdadeiras experiências urbanas e um modo de vida legitimamente urbano. Isso é encontrado, muitas vezes, nos aglomerados urbanos que não são grandes o suficiente, logo, não dispõem de infraestrutura e vivências de uma “cidade grande”. Dessa forma, a porcentagem de cerca de 16% da população brasileira pertencente ao meio rural (IBGE, 2010) torna-se, na prática, maior.

Existem algumas maneiras de designar o meio rural. Segundo Martins (2010), o rural é normalmente definido a partir de duas formas: uma visão romântica que o associa a um local idílico e bucólico e outra visão de pobreza e carência cultural, que é o campo como um local de atraso, povoado por sujeitos analfabetos e ignorantes.

Essa noção relaciona-se a dualidade de território urbano como artificializado e o espaço rural como natural. Entretanto esta compilação gera a tensão referente ao debate natureza X cultura, que margeia o entendimento de que o rural, por ser espaço de natureza (“selvageria”) é também de ausência de cultura, de civilização. (KUMMER, 2013, p. 210).

Há relações de subordinação da cidade sobre o campo. Em consonância com Arroyo (2004), o estabelecimento da sociedade moderna deixou o rural em detrimento ao urbano. A cidade submeteu o modo de vida rural, e o camponês brasileiro foi estereotipado como fraco e atrasado.

Segundo uma pesquisa realizada pelo PNUD (2017) – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento –, a população rural estuda por menos tempo, é menos remunerada e possui expectativa de vida reduzida, quando comparada com moradores de cidades. Em 2010, enquanto o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) rural brasileiro era de 0,586 – o que é considerado índice médio de desenvolvimento –, o indicador para os moradores da zona urbana era 0,750, ou seja, alto desenvolvimento. A pesquisa levantou que a renda domiciliar per capita média da população urbana é quase três vezes maior do que a da população rural, R\$ 882,60 e R\$ 312,70, respectivamente.

Todavia, o preconceito não diz respeito a questões relacionadas a urbanidade e ruralidade, e sim ao que trata do desenvolvimento econômico e sobretudo, a pobreza. Dessa forma, é um equívoco associar o rural ao atraso e o urbano a prosperidade, pois ao mesmo tempo em que o campo pode ter problemas econômicos, uma cidade também tem, o que refuta a associação de pobreza com o campo.

Quando se fala em pobreza, remete-se o termo às classes sociais. Na contemporaneidade, assume-se a existência de três classes sociais: baixa (que contempla o termo pobreza), média e alta, que podem adquirir outras denominações. As classes variam entre si em diversos aspectos, sobretudo os socioeconômicos.

Com isso, entende-se que o meio rural vai muito além de um espaço produtivo. Ele é associado a diversas noções e simbolismos que formam sobretudo um meio de vida em que estão inclusas relações e vivências humanas, dinâmicas sociais e a formação de uma identidade própria. Assim, constitui-se de maneira muito mais complexa do que somente uma oposição ao urbano e um lugar de trabalho.

Como uma consequência de todo o estereótipo montado acerca do espaço rural, as pessoas pertencentes a esse modo de vida – sobretudo os jovens – também acabam por ser afetadas.

Um indivíduo é compreendido jovem enquanto está na faixa etária dos 15 aos 29 anos de idade (IBGE, 2010). Uma das visões mais comuns acerca desse período da vida é a de que o jovem é um ser em transitoriedade, é um “vir a ser”, que dá sentido às ações do presente pensando no futuro. Paralela a essa visão, está a noção de que a juventude é uma fase de liberdade, na qual se vivenciam o erro, os ensaios e as experimentações, marcadas pelo hedonismo e irresponsabilidades (DAYRELL, 2003).

O jovem é uma construção social, pois segundo Dayrell (2003), a juventude é sim um momento determinado, porém não deve resumir-se a somente uma passagem: deve ser entendida e possuir importância em si mesma. O autor enfatiza a noção de juventudes, no plural, como uma variada forma de ser jovem: há especificidades que marcam a vida de cada um dos indivíduos, embora sejam todos sujeitos sociais. Dayrell (2003) explica que o sujeito é singular e dono de uma história que interpreta o mundo e dá sentido a ele, bem como a posição que ocupa na sociedade, sua própria história e singularidade. É um ser ativo, que age no e sobre o mundo, produzindo ações e, também, sendo produzido no conjunto das relações sociais em que está inserido.

Esse entendimento é paralelo às ideias do filósofo Jean Paul Sartre, importante expoente do existencialismo. O autor entende que primeiramente o ser existe para posteriormente se definir (SARTRE, 2014). Nesse sentido, a análise de Sartre se aplica aos estudos da teórica feminista Simone de Beauvoir.

Ninguém nasce mulher: torna-se mulher. Nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade; é o conjunto da civilização que elabora esse produto intermediário entre o macho e o castrado que qualificam de feminino. (BEAUVOIR, 1980, p. 9).

Assim, a mulher é também qualificada como um sujeito social, moldada pelo entorno e fruto do que lhe é imposto. Entretanto, o processo de formação da mulher é violento e abrasador. Há um ideal que é imposto e quem não ousa segui-lo é considerado desregrada e pecaminosa.

Um entrave que influi em como uma pessoa torna-se mulher é a objetificação feminina. “A objetificação, termo cunhado no início dos anos 70, consiste em analisar um indivíduo a nível de objeto, sem considerar seu emocional ou psicológico” (BELMIRO, 2015, p. 2). Isso adentra na vida da mulher e nas suas relações, sendo tão arraigado que se torna uma auto-objetificação, atitude que torna as mulheres mais transigentes socialmente. A mulher continua em busca por vitórias no ponto da igualdade de gênero, reduzindo a fronteira existente.

A fronteira entre os gêneros ainda produz questionamentos nos autores. João Batista Ferreira¹ é um deles: "será legítimo atribuir a Freud a intuição de que, pelo discurso da razão 'masculina', o homem continuará desconhecendo a mulher?" (FERREIRA, 1987, p.52). E ainda completa: "a ordem social, política e religiosa opta pela mãe e, a todo custo, a preserva, na escola, em casa, na cidade e na pátria. Essa produção é uma produção masculina, cujo resultado é muito mãe e pouco mulher” (FERREIRA, 1987, p. 52). A mulher é destinada a ser mãe e cuidadora do lar, e é vista unicamente dessa forma, mesmo que tenha múltiplas capacidades e ocupações na vida enquanto indivíduo.

Para além disso, Beauvoir (1980) traz que uma mulher se torna plenamente humana quando tem oportunidade de se dedicar ao exercício de atividades públicas e quando pode ser útil à sociedade.

[...] É um paradoxo criminoso recusar à mulher toda a atividade pública, vedar-lhe as carreiras masculinas, proclamar sua incapacidade em todos os terrenos e confiar-lhe a empresa mais delicada, mais grave que existe: a formação de um ser humano. (GASPARI, 2003, p. 42).

¹ As assertivas de João Batista Ferreira baseiam-se nas ideias do psicanalista austríaco Sigmund Freud (1856-1939).

Todas essas disparidades são refletidas no conjunto social, provocando desigualdades estruturais. De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2016, 21,5% das mulheres de 25 a 44 anos de idade concluíram o ensino superior contra 15,6% dos homens na mesma faixa etária, mas o rendimento delas equivalia a cerca de $\frac{3}{4}$ da renda masculina. Enquanto a média de rendimento dos homens foi de R\$ 2.306,00 o das mulheres foi de R\$ 1.764,00. Ou seja, em média, as mulheres recebem 76,5% do montante recebido pelos homens.

Um dos aspectos que mais influencia na vida dos indivíduos é o econômico, pois lhes garante a sobrevivência objetiva. Segundo Nunes (2007), a entrada das mulheres ao mercado de trabalho é limitada devido a discriminação, principalmente pelo gênero, que apesar da diminuição nas últimas décadas ainda é muito evidente e significativa. Os dados do IBGE (2010) mostram que, mesmo com níveis de escolaridade maiores, as mulheres brasileiras ganham salários menores que os homens, devido à segregação ocupacional em que estão submetidas.

Embora garantidos por lei, os direitos da mulher enquanto indivíduo ainda possuem limitações práticas. Segundo Borges (2009), a discriminação faz com que as mulheres enfrentem disparidades, impossibilitando que exerçam seus papéis como cidadãs contempladas pelos seus direitos, bloqueando assim, sua evolução. “A população feminina vem sofrendo há centenas de anos com a forte discriminação de gênero pautada em contestáveis preceitos biológicos e sociais” (BORGES, 2009, p. 5).

Portanto hoje, além das diferenças biológicas entre homens e mulheres, o patriarcalismo – supremacia do homem nas relações sociais –, impôs também uma diferenciação social entre os gêneros, visto que “o que chamamos de homem e mulher não é o produto da sexualidade biológica, mas sim de relações sociais baseadas em distintas estruturas de poder” (MORAES, 1998, p. 100). Dessa maneira, apresentam-se diferentes papéis sociais que determinam a função de um indivíduo na sociedade, agrupando um conjunto de normas, regras e deveres produzidos pelas interações sociais.

No caso da ruralidade, um dos grandes dilemas são as decisões de partida ou permanência do meio rural para a construção dos projetos de vida. Em muitos casos,

essas escolhas são afetadas pelo patriarcalismo, por meio de invisibilidades, falta de protagonismo e violência (simbólica ou física).

Nesse contexto, observa-se grande interferência da figura paterna nos pareceres dos filhos, “como parte da lógica camponesa, da reprodução do campesinato” (CASTRO, 2007, p. 133). Em grande parte dessas relações, o jovem, e principalmente a jovem, são compreendidos como submissos – para servir – à família e, sobretudo, ao pai. “É uma dupla submissão. Primeiro, pela autoridade etária em relação à mãe e segundo, uma autoridade de gênero em relação ao pai ou aos irmãos do sexo masculino” (KUMMER, 2013, p. 213).

Esses fatores ocorrem devido as relações sociais que originam o patriarcalismo. Bourdieu em seu livro, “A Dominação Masculina” (2012), trabalha com as condições estruturais de pensamento que estão profundamente enraizadas e vinculadas a sociedade, criando um parâmetro de concepção do que diz respeito ao que é masculino e feminino.

Dispensando as características biológicas, o autor busca compreender a construção de ideias e símbolos utilizados na constituição de uma fêmea e de um macho, bem como suas respectivas naturalizações.

A divisão entre os sexos parece estar "na ordem das coisas", como se diz por vezes para falar do que é normal, natural, a ponto de ser inevitável: ela está presente, ao mesmo tempo, em estado objetivado nas coisas (na casa, por exemplo, cujas partes são todas "sexuadas"), em todo o mundo social e, em estado incorporado, nos corpos e nos habitus dos agentes, funcionando como sistemas de esquemas de percepção, de pensamento e de ação. (BOURDIEU, 2012, p. 17).

A diferença dos signos que são identificados como masculinos ou femininos é traduzida na padronização de determinados objetos, locais e situações que, por consequência, são classificados como “coisas de homens” e “coisas de mulheres”.

Cabe aos homens, situados do lado do exterior, do oficial, do público, do direito, do seco, do alto, do descontínuo, realizar todos os atos ao mesmo tempo breves, perigosos e espetaculares, como matar o boi, a lavoura ou a colheita, sem falar do homicídio e da guerra, que marcam rupturas no curso ordinário da vida. As mulheres, pelo contrário, estando situadas do lado do úmido, do baixo, do curvo e do contínuo, veem ser-lhes atribuídos todos os trabalhos domésticos, ou seja, privados e escondidos, ou até mesmo invisíveis e vergonhosos, como o cuidado das crianças e dos animais, bem como todos os trabalhos exteriores que lhes são destinados pela razão mítica, isto é, os que levam a lidar com a água, a erva, o verde (como arrancar as ervas daninhas ou fazer a jardinagem), com o leite, com a madeira e,

sobretudo, os mais sujos, os mais monótonos e mais humildes. (BOURDIEU, 2012, p. 41).

A replicação contínua e descontrolada da naturalização dessas ideias proporciona grandes consequências para o conjunto social. Ultrapassando barreiras físicas, a dominação masculina também aborda violências simbólicas que causam danos psicológicos e morais, pois “a força da ordem masculina se evidencia no fato de que ela dispensa justificção: a visão androcêntrica² impõe-se como neutra e não tem necessidade de se enunciar em discursos que visem a legitimá-la” (BOURDIEU, 2012, p.18). Assim, induzindo os indivíduos a se posicionarem – até certo ponto inconscientemente – dentro dos critérios determinados pelo dominante, mostrando como “as representações de gênero estão relacionadas com valores, atitudes e crenças enraizadas em uma sociedade” (BELLIN, 2011, p. 2)

A violência simbólica não afeta somente os dominados, partindo de um princípio de que os dominantes “são eles próprios produto da dominação” (BOURDIEU, 2012, p. 15) caracterizados com “insensibilidade, uma vez que, desde a mais tenra infância, a grande maioria dos homens é advertida de que ‘homem não chora’ e de que qualquer demonstração de sentimentos pode gerar dúvidas em relação à masculinidade” (BELLIN, 2011, p. 6)

Um exemplo dessas concepções são as divisões sociais de trabalho baseadas em atributos sexuais que no campo são expressas de formas perceptíveis influenciando diretamente na escolha entre partir e permanecer no meio rural, visto que “há diferenças entre rapazes e moças, as quais geralmente são ‘poupadas’ ou ‘excluídas’ da atividade agrícola principal, sendo-lhes reservadas atividades consideradas como ‘domésticas’” (BRUMER & ANJOS, 2008, p. 4).

Apesar de ter sido analisada uma diferenciação entre homens e mulheres dentro de uma mesma função social, o gênero em questão mostrou-se capaz de realizar a mesma tarefa que seu dominante, o que não era comum, pois os serviços ainda são classificados, na mentalidade social, por gêneros.

No meio urbano essas classificações são mais balanceadas, mesmo prevalecendo no subconsciente que, por exemplo, a medicina convém ao homem e a

² Conceito que designa uma redução da humanidade em geral ao termo “homem”. Foi criado pelo sociólogo norte-americano Lester F. Ward em 1903.

enfermagem à mulher, pois este último é menos valorizado e dependente do primeiro, além de fazer referência a outra função social imposta às mulheres: o cuidar de outrem.

Há a ocorrência da jornada de trabalho tripla por parte das mulheres que precisam trabalhar fora de casa, exercer os cuidados domésticos e também dos filhos depois do expediente e mesmo assim não recebem o devido reconhecimento com a divisão justa e igualitária dos trabalhos relacionados ao bem-estar familiar.

Já no meio rural, em geral, cabe aos homens os trabalhos ligados à produção e a administração da propriedade, fazendo com que eles controlem toda a circulação monetária da família, deixando a mulher sem autonomia financeira apesar de realizar todos os trabalhos domésticos, com os filhos, e realizar as atividades produtivas. Segundo Neves (2016), tais afazeres não são reconhecidos enquanto trabalho, apesar de indispensáveis para a manutenção da unidade familiar.

É comum que as mulheres, jovens e adultas, participem das atividades agrícolas “produtivas” juntamente com os homens, porém, quando indagadas acerca das atividades que desempenham relatam apenas que ajudam os pais/maridos (NEVES, 2016, p. 130).

O comportamento das mulheres no campo é interpretado como uma certa aceitação das condições em que vivem. Como afirma Neves, essa visão reforça um estereótipo de que “elas demonstram preferência pelas atividades domésticas, elas preferem trabalhar no preparo da terra para o plantio” (2016, p. 130). Ainda segundo o autor, há uma reprodução desta divisão, em que o homem não se interessa e tampouco é incentivado a realizar as atividades domésticas, pois é uma incumbência teoricamente feminina e para as mulheres. Elas, apesar de desenvolverem atividades agrícolas, não são reconhecidas e, por conta disso, não se reconhecem desenvolvedoras de tais atividades, naturalizando, dessa forma, o que vivem.

Com isso, é possível adentrar na discussão acerca da aceitação citada anteriormente. Aceitar, no caso das mulheres, não significa concordar, mas conviver com uma imposição travestida de escolha. Na prática, sem opções não existem escolhas. As mulheres do campo possuem poucas predileções, sendo basicamente realizar o trabalho que lhe é designado no campo ou sair do meio em busca de outras condições sobre as quais não possui garantia alguma de sobrevivência.

Ainda assim, dentre os jovens, são as moças que deixam o campo com maior frequência e urgência, justamente pela desvalorização e invisibilidade de seu trabalho. Pontes (2005), afirma que o camponês explora a si próprio e a sua família para a obtenção de recursos. Dessa maneira, não contabilizando o trabalho efetuado porque não existem salários e, devido a isso, também está ausente o cálculo capitalista do lucro³. Comparando as assertivas de Pontes com a situação do trabalho rural, percebe-se que há uma espécie de lucro proveniente do trabalho não remunerado que “é subsumido como ‘ajuda’, com base na gratuidade própria às relações familiares” (BRUMER & ANJOS, 2008, grifos das autoras, p. 4), em que as filhas contribuem para o desenvolvimento da propriedade, mas não recebem remunerações financeiras e reconhecimento.

Dessa forma, quando querem auferir rendimentos próprios, as mulheres sentem-se inclinadas a buscar empregos urbanos, nos quais serão remuneradas e reconhecidas, ao contrário do que ocorre na propriedade familiar, onde seu trabalho, apesar de não reconhecido, quando passa a gerar valor é assumido pelos homens (NEVES, 2016, p. 131)

Essas relações são legitimadas pela eleição do homem como “chefe de estabelecimento” (BRUMER & ANJOS, 2008, p. 10), descartando as probabilidades de as mulheres tornarem-se possíveis sucessoras que “para permanecerem no campo, entretanto, precisam lutar por condições objetivas que garantam sua permanência e pelo acesso a direitos básicos de cidadãos” (VALADARES et al., 2016, p. 3). Dessa maneira, transformando o campo em um local muito mais masculino e atraente para os rapazes.

A naturalização da dominação masculina provoca outra consequência: as mulheres sofrem violências físicas e simbólicas que são frequentemente escondidas às sombras do preconceito. Esses efeitos são, muitas vezes, camuflados pela dificuldade de denúncia, sejam elas por medo, vergonha e/ou sentimento de culpa.

A família é uma das principais reprodutoras dessas relações. É nela que são compostos grande parte dos princípios humanos, portanto, também é nela “que se impõe a experiência precoce da divisão sexual do trabalho e da representação

³ As assertivas de Pontes baseiam-se nas ideias do economista russo Alexander Chayanov (1888-1937).

legítima dessa divisão, garantida pelo direito e inscrita na linguagem” (BOURDIEU, 2012, p. 103).

Outro fator de demasiada relevância é a influência da Igreja Católica por um clero sujeito a “condenar todas as faltas femininas à decência, sobretudo em matéria de trajés, e a reproduzir, do alto de sua sabedoria, uma visão pessimista das mulheres e da feminilidade” (BOURDIEU, 2012, p. 103). Isso ocorre por meio do simbolismo dos textos sagrados e das liturgias, pois a religião está intrínseca nos fundamentos e pilares das sociedades, o que torna possível a assimilação e reprodução de seus dogmas no cotidiano.

Além disso, durante a formação dos modelos familiares no século XIX e XX, cria-se o estereótipo ideal de mulher: esposa, mãe, dona de casa afetiva. Assim, a sexualidade seria restrita ao instinto maternal. Dessa forma, desenvolveram-se duas representações do feminino: aquela descrita como ideal, sendo a mulher inerte, submissa aos caprichos do marido e destinada à sua satisfação; e a prostituta, que teria degenerado a imagem da natureza frágil e delicada da mulher “boa”. Essa dicotomia reforça os estereótipos de Maria e Eva, que são dependentes e submissas ao homem, e corroboram para a noção da incapacidade feminina de guiar sua própria vida (SANTOS, 2019).

Todos esses atributos influenciam na decisão referente a sucessão da propriedade agrícola, que em alguns casos é concedida às mulheres devido a uma desvalorização da agricultura, pouca importância do local ou pode corresponder a uma possibilidade de a filha cuidar dos pais na velhice, ou seja, uma permanência como fatalidade, como obrigação moral.

Nesse processo, o jovem está em transição rumo a fase adulta, por conseguinte, está sujeito a novas perspectivas de organização social, como o casamento, “dado que são raros os casos em que um jovem componha uma unidade produtiva e vá residir nela solteiro, sozinho. Entende-se que ele – pois quem tem a condição cultural de definir-se na reprodução agrícola é o rapaz – precisa de uma esposa” (KUMMER, 2013, p. 208), já que ela será essencial na divisão do trabalho (e do não trabalho) no meio rural. Assim, a mulher permanece no campo, mas não necessariamente tem poder administrativo, supondo que tenha permanecido em função do marido e dos vínculos afetivos.

As jovens também podem desenvolver vínculos ao campo provenientes dos programas rurais, frutos de iniciativas da comunidade local ou instituições externas, que servem como canal de expressão de seus interesses (KUMMER, 2013). Hoje, existem alguns projetos que motivam o desenvolvimento e a boa repercussão da mulher no setor agrícola, como os incentivos fornecidos via BNDES (Banco Nacional do Desenvolvimento), em especial o Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar Mulher (PRONAF Mulher⁴), que é destinado a mulheres agricultoras integrantes de unidade familiar, independentemente do estado civil.

O Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), que tem o objetivo de libertação das mulheres trabalhadoras de qualquer tipo de opressão e discriminação, é extremamente importante para a representação da luta e resistência das mulheres contra todas as atrocidades vividas ao longo da história, proporcionando sobretudo, acesso à educação e escolarização.

Essa discriminação sobre a condição feminina vem de longe. Desde quando frequentar a escola não era obrigatório por lei, época em que famílias com condições de mandar os filhos estudar escolhiam os meninos. As meninas ficavam em casa para cuidar dos irmãos menores e ajudar a mãe. Isso fez crescer uma geração de mulheres com baixa escolaridade. Algumas conseguiram voltar aos estudos bem mais tarde, estimuladas por organizações como o MMC, que tem a educação popular como uma das bandeiras. (DIÁRIO CATARINENSE, 2017, p. 13)

A educação, por sinal é um fator central para entender as questões de gênero no campo. Segundo Kummer, as moças demandam por educação em graus mais elevados do que os rapazes, “percebendo nela uma possibilidade de melhorarem de vida” (2013, p. 213). Há casos em que a busca por conhecimento se dá pela escolha de aprimoramento dos entendimentos acerca das atividades agrícolas. Fazendo com que instituições “como as ‘escolas de alternância’ ou as ‘casas familiares rurais’, recrutem seus alunos fundamentalmente entre os filhos de agricultores, qualificando o saber de jovens previamente socializados na atividade” (BRUMER & ANJOS, 2008, p. 4, grifos das autoras) instigando a permanência, assim como o crescimento financeiro e pessoal nesses locais que aparentemente causam tanto repúdio, estimulando a migração.

⁴ O PRONAF Mulher consiste em um crédito para atender as necessidades da mulher produtora rural. Nele, é possível financiar investimentos destinados à construção, reforma ou ampliação da propriedade rural.

A migração é entendida como uma mudança permanente de local de residência. Golgher (2004) em seus estudos aponta os fatores para que esse fenômeno ocorra. Os principais são o baixo crescimento da economia brasileira que promoveu altas taxas de desemprego, principalmente entre jovens, e as altas taxas de violência: “em ambos os casos, dizemos que o indivíduo fez a opção em migrar, o que é muito diferente do que ocorreu com os negros africanos na época da escravidão que vinham para as Américas de forma forçada” (GOLGHER, 2004, p. 32). Portanto, a migração pode ocorrer de forma espontânea ou forçada.

A escolha da mudança de local de residência dependerá dos benefícios que a troca pode proporcionar. Inicialmente, o indivíduo avalia se essa é a melhor opção e escolhe seu destino (GOLGHER, 2004), porém, nessa análise tem-se diversas possibilidades para onde ele pode se mudar. Em contrapartida aos casos em que a mudança ocorre sem planejamentos e repentinamente, assim, podendo derivar de diversos fatores.

Dois grupos de fatores atuam em conjunto na formação dos fluxos de migrantes: a baixa qualidade de vida no local de origem e um melhor nível de vida no local de destino. Os determinantes da migração são usualmente descritos a partir desses dois grupos. Esses são respectivamente conhecidos como: fatores “push”, que significa ser empurrado ou impelido; e “pull”, que significa ser puxado ou atraído. (GOLGHER, 2004, p. 34).

No fator “*push*”, o indivíduo seria impelido a sair de seu local de origem ao invés de ser atraído por outros locais. Já no fator “*pull*”, os indivíduos são atraídos para outros locais. Esses elementos afetam diretamente a individualidade do migrante, “em muitos casos, os migrantes conseguem obter rendas superiores do que teriam em seu local de origem e novas oportunidades educacionais e profissionais são vivenciadas” (GOLGHER, 2004, p. 40).

Por outro lado, relações antigas são parcialmente rompidas e algumas vezes “as dificuldades são tão grandes ou mal avaliadas que o migrante retorna para seu local de origem” (GOLGHER, 2004, p. 40). Observa-se então que a saída do local de residência é um processo extremamente complexo, vinculado aos processos sociais e individuais das pessoas.

Considerando todos os pontos abordados nesta análise, verifica-se que, embora existam pesquisas e dados referentes ao êxodo rural, muito pouco se fala sobre aqueles que ficam, sobretudo as mulheres. Portanto, faz-se necessário

entender o motivo pelo qual algumas ficam, a situação em que se encontram e o que representa para a região essa permanência.

4. MATERIAL E MÉTODOS

A metodologia utilizada neste projeto foi de caráter bibliográfico e exploratório. Para Gil (2007), esse tipo de pesquisa envolve levantamento bibliográfico, entrevistas com pessoas que possuem contato prático com o processo e análise de exemplos que estimulem a compreensão. Para tanto, utiliza-se, principalmente, a rede mundial de computadores, artigos e teses.

Também em relação aos objetivos, a pesquisa pode ser explicativa. Segundo Gil (2007), esse tipo de pesquisa busca identificar os fatores que contribuem para a ocorrência do fenômeno. De tal forma, é explicado o porquê das coisas por meio dos resultados oferecidos, possibilitando o embasamento da pesquisa exploratória e também a pesquisa experimental, feita por meio de conhecimento empírico.

Inicialmente, foram obtidos embasamentos teóricos sobre o assunto de interesse, seguido da aplicação de questionários para os discentes dos cursos técnicos integrados – Agropecuária, Alimentos e Eletromecânica – do IFSC, Campus de São Miguel do Oeste/SC, no qual somam-se aproximadamente 350 alunos, entre a faixa etária de 14 a 19 anos de idade. Foram aplicados 356 questionários no total. Dentre esses, 236 para residentes no meio urbano (137 meninas e 89 meninos) e 60 questionários para residentes no meio rural (38 meninas e 22 meninos).

Os orientadores entraram em sala durante as aulas, em agosto de 2018 e aplicaram dois tipos de questionários com perguntas objetivas e dissertativas. Um deles direcionado para os alunos do meio rural (anexo I) e outro para os do meio urbano (anexo II). As perguntas foram relacionadas a questões econômicas, familiares, as relações de gênero, perspectivas acerca do futuro e ao lugar em que vivem.

Após o término da aplicação, os questionários foram digitalizados para a compilação dos dados. Nessa etapa, foi utilizada a plataforma de formulários do *Google* como principal ferramenta, pois já disponibiliza a reunião dos dados em gráficos dos tipos pizza e coluna de forma clara e objetiva.

Em seguida, durante o primeiro semestre de 2019 realizaram-se entrevistas exploratórias com 4 meninos e 10 meninas, direcionando o foco para os estudantes que residem e possuem vínculos socioeconômicos com o meio rural, sendo estes os

mesmos participantes da aplicação dos questionários. Para efetuar a gravação da fala dos participantes foi utilizado um aparelho celular.

As autoras da pesquisa conduziram as entrevistas com roteiros previamente elaborados (anexo III) de modo a abordar com maior aprofundamento às questões anteriormente tratadas nos questionários. Após a finalização, as gravações foram transcritas e analisadas, para que pudessem servir de instrumento argumentativo, apoiados na composição de gráficos para a construção do texto.

5. RESULTADOS E DISCUSSÕES

5.1 Percepções Objetivas

A proposta metodológica da pesquisa consta da aplicação de questionários exploratórios para os jovens (de ambos os sexos) do Instituto Federal de Santa Catarina – Campus São Miguel do Oeste, para obtenção de dados que sirvam de embasamento.

Todavia, ao fixar os objetivos deste trabalho, confere-se que se trata especificamente sobre jovens mulheres, residentes na área rural. Dessa forma, foram utilizadas, majoritariamente, as informações obtidas dos questionários dessas respondentes para embasar as discussões.

Verifica-se que dentre todos os questionários aplicados, 60 eram de jovens rurais. Desses, 38 femininos e 22 masculinos. O outro questionário (destinado aos residentes de ambos os gêneros do meio urbano) teve importância secundária, sendo empregado como base de análise em alguns casos pontuais.

Tabela 1 – Dados Gerais

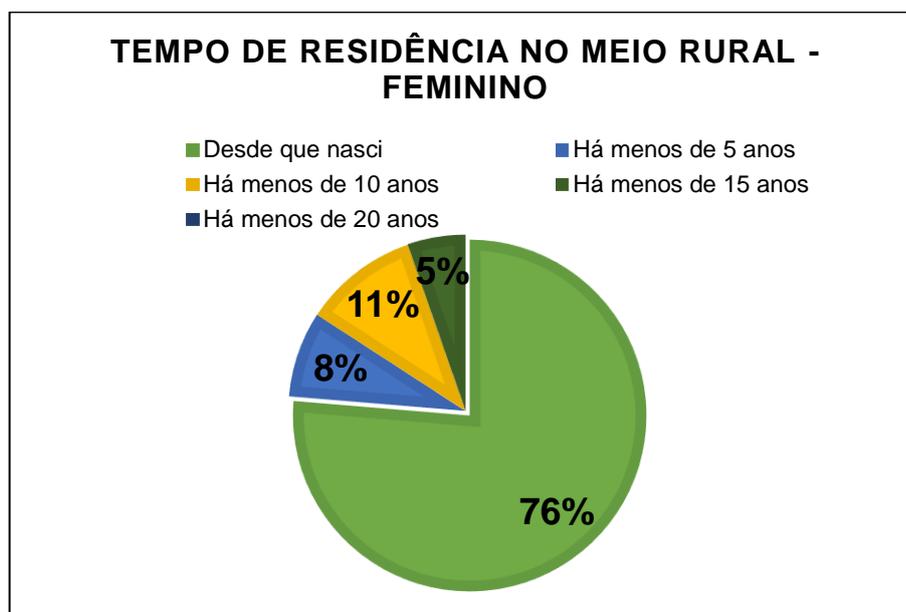
<i>Categoria</i>	<i>Ocorrências</i>	<i>Idade Média</i>
Questionários Femininos Urbanos	137	16,58
Questionários Femininos Rurais	38	16,5
Questionários Masculinos Urbanos	89	16,53
Questionários Masculinos Rurais	22	16,36

Fonte: Elaborado pelas autoras.

O foco de discussão, portanto, centraliza-se nos 60 questionários de jovens rurais e, sobretudo, nas 38 respostas femininas. A idade das jovens estudantes do Instituto Federal de Santa Catarina, campus de São Miguel do Oeste, que residem no meio rural é, em média, de 16 anos. De acordo com o que foi citado anteriormente, indivíduos nessa faixa de idade são considerados jovens, estando assim, em um período de transitoriedade, cujas vivências direcionam para tomadas de decisão referentes à vida adulta.

Ao analisar os dados dos questionários referentes ao período de permanência das jovens no meio rural, constata-se que, conforme o gráfico 1, a maioria (76%⁵) reside ali desde que nasceu. Outras 11% afirmaram estar no meio rural há menos de 10 anos.

Gráfico 1 – Tempo de Residência no Meio Rural (Feminino)



Fonte: Elaborado pelas autoras.

Dessa forma, infere-se que a maior parte das jovens nunca residiu em espaços urbanos. Assim, elas podem vir a desenvolver certa curiosidade a respeito das cidades, potencializando o desejo de migração para o meio urbano a fim de adquirir o contato com essa nova organização social. Por outro lado, 24% delas são migrantes “urbano-rurais”, ou seja, já possuem um contato efetivo com a realidade urbana. Trata-se de um grupo diverso.

Coincidentemente, a mesma porcentagem de participantes que residiram por toda a vida no campo (76%), também é aquela que nunca saíram desse meio para ir para o meio urbano. Outras 24% afirmam já ter saído do campo para a cidade⁶.

Dentre as que saíram, há um encontro com uma nova dinâmica social, com novas experiências que acabam indo ao encontro com a personalidade de muitas jovens, o que torna os elementos do meio urbano mais atrativos para estas. No

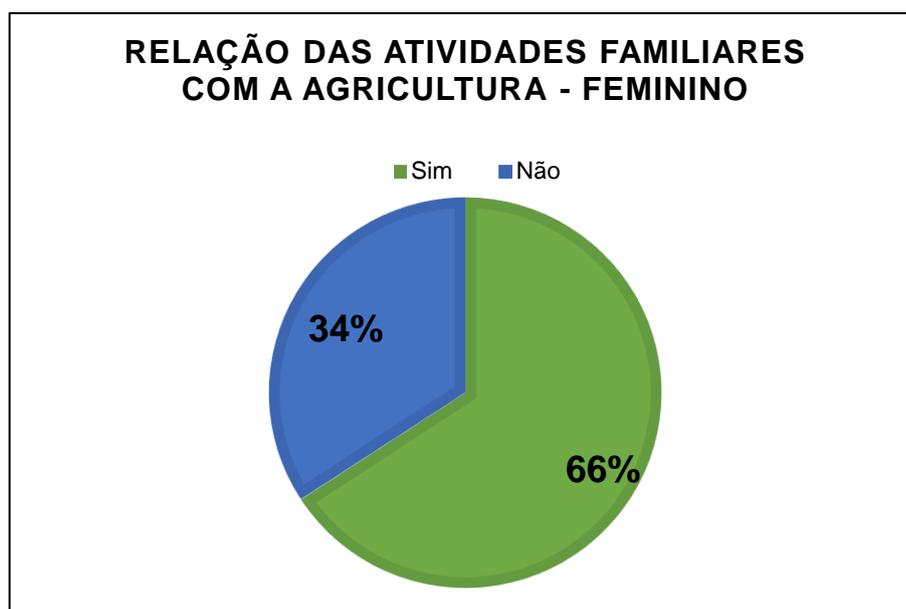
⁵ Todos os dados presentes neste trabalho que expressam porcentagem foram arredondados.

⁶ Pergunta número 2 do questionário rural (Anexo I).

entanto, não são todas as jovens, pois há várias personalidades que se familiarizam melhor com o meio rural.

Ao analisar a vivência das jovens no meio rural, foi-lhes questionado quanto às atividades produtivas que suas famílias realizavam. Os dados coletados apontam que 66% das jovens possuem grupos familiares que desenvolvem atividades ligadas essencialmente à agricultura, conforme gráfico 2.

Gráfico 2 – Relação das Atividades Familiares com a Agricultura (Feminino)



Fonte: Elaborado pelas autoras.

Portanto, constata-se que essas estudantes adquiriram, em graus diferentes, contato com as relações de trabalho do campo por meio do convívio com seus familiares. Possuindo consciência e conhecimento a respeito do dia a dia dos trabalhadores rurais de nossa região, bem como suas dificuldades, anseios e modos de vidas.

Em contrapartida, 34% delas responderam que seus grupos familiares não desenvolvem atividades ligadas essencialmente à agricultura. O que representa que, embora essas pessoas vivam no meio rural, não obtêm recursos monetários provenientes do campo ou, ainda, realizam ofícios caracterizados como urbanos. Essas características estão atreladas ao conceito de pluriatividade. Segundo Grammont (2009), a interação entre a realização de atividades agrícolas (operações que envolvem o cultivo de organismos vivos e o gerenciamento de processos

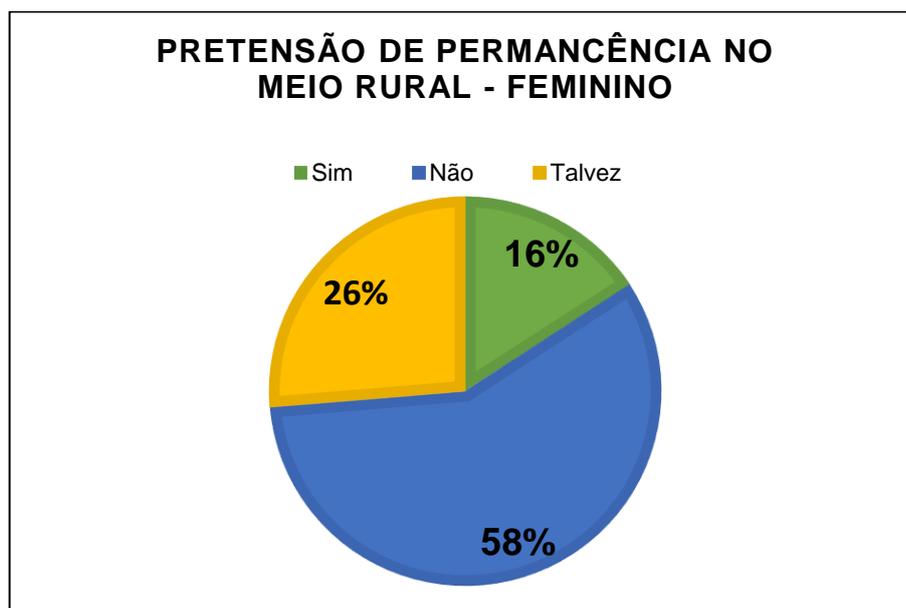
biológicos dos quais resulta a produção de alimentos) e não-agrícolas (indústria, comércio e serviços) gera a pluriatividade. Tratando especificamente da que ocorre no meio rural, entende-se que é um fenômeno que pressupõe a combinação de pelo menos duas atividades, sendo que uma delas deve ser ligada à agricultura. Essas serão desenvolvidas por indivíduos ligados por laços de parentesco e que compartilhem um mesmo espaço de moradia e trabalho.

Mesmo vivendo no campo, as pessoas estão, de certa forma, desvinculando-se dele. Nesse sentido, 21 das 38 moças (60%) afirmaram ter algum membro da família da mesma residência exercendo uma atividade rentável não ligada à agricultura. Outra possibilidade para o fato analisado é de que as famílias vêm buscando outras atividades para compor a renda, possibilitando assim a continuidade da moradia no campo. Cabe ressaltar ainda que muitos dos moradores das áreas consideradas rurais da região vivem no campo, mas não são agricultores propriamente ditos.

Mesmo com atividades laborais no meio urbano, parte da população regional prefere residir no campo, o que pode ser influenciado pela tranquilidade com que definem o ambiente. Por outro lado, trabalhando na cidade, com o maior acesso aos elementos positivos do meio urbano, é encontrado um meio termo, uma forma de conciliar o lado bom de ambos os locais. Para Carneiro (1998), há a possibilidade de conjugar o melhor dos dois mundos: a valorização da família faz crescer o sentimento de pertencimento ao local de origem, com a interferência da modernidade e da cidade, que faz o indivíduo retornar ao campo como um profissional que busca a realização de um projeto.

Quando questionadas sobre a pretensão de permanência, houve resultados muito diferentes quanto ao que as moças planejam em relação ao futuro. Podendo optar entre “sim”, “não” e “talvez”, 16% das jovens afirmaram que pretendem viver no meio rural, enquanto 58% afirmaram que não pretendem. O restante não inferiu certezas, conforme gráfico a seguir.

Gráfico 3 – Pretensão de Permanência Rural (Feminino)



Fonte: Elaborado pelas autoras.

Assim, evidencia-se que a maioria das jovens do IFSC Campus São Miguel do Oeste possuem pretensões de migração. Brummer & Anjos (2008), aponta que a maioria dos índices migratórios do campo em direção à cidade são de predominância dos jovens, especialmente das mulheres, provocando, dentre outros problemas, a masculinização do meio rural, aumento dos problemas ligados a sucessão geracional das famílias provocada pela dificuldade de encontrar um sucessor entre os filhos ou, ainda, pelos conflitos entre herdeiros.

Já o posicionamento das jovens que optam por permanecer no campo abre margem à discussão dos fatores que permitem essa possibilidade. Dentre eles, evidenciam-se o apreço pelo lugar ou pela atividade desempenhada. Visto que essas jovens terão contato com novas experiências sociais principalmente na escola, como ocorre no IFSC, desencadeando novas visões e comportamentos. Brummer & Anjos (2008) aponta que o contato com a escolarização de jovens previamente socializados com o meio rural é de fundamental importância para a sucessão desse meio, pois permite a busca por conhecimento e aprimoramento das técnicas já executadas no local. Podendo levar a autonomia na gestão da propriedade por parte das jovens, por exemplo.

Sendo assim, desvincula-se, em alguns casos, os laços patriarcais perpetuados durante várias gerações. Essa situação ressignifica e permite a inserção de outro conceito: o matriarcado.

A análise do matriarcado é de extrema importância, pois analisa as condições da mulher desde os tempos antigos até a atualidade. Segundo Silva e Londero (2016), historicamente a mulher foi considerada como um ser sagrado e dessa maneira os homens viam-se como seres marginalizados, principalmente por não conhecerem a capacidade de procriação. Entretanto, com o passar dos anos o sistema de sobrevivência por coleta tornou-se escasso e fez-se necessário à caça de animais de grande porte. Nesse contexto também surgiram as guerras e para tal, utilizou-se da força física dos homens, criando uma supremacia masculina justificada por fatores biológicos. A partir disso, surgem contratos sociais como o casamento e as famílias, concomitantemente o subjugo da mulher em relação aos homens, visto que elas passaram a ser propriedade deles.

Essa opressão sofrida ao longo do tempo é observada no IFSC Campus São Miguel do Oeste por meio da comparação entre as respostas dos questionários masculinos e femininos dos jovens residentes do meio rural. Devido ao fato de que enquanto 8 dos meninos responderam que não pretendem continuar vivendo no campo, 22 das meninas responderam que não pretendem. Assim, evidencia-se que a sucessão rural feminina ocorre de maneira menos acentuada do que a masculina.

Além disso, a pesquisa revela que grande parte das jovens apresentam dúvidas quanto a decisão referente a permanência no campo, visto que 10 apontaram que talvez permanecessem no meio. Esse ponto torna-se relevante, visto que, através da possibilidade de escolha, um indivíduo pode ser agente no processo de se tornar quem gostaria de ser, criando uma nova realidade.

O filósofo Jean Paul Sartre (2014) aponta que o ser humano busca se completar a partir da criação de projetos que olhem para o futuro e que tenham um resultado. Isso ocasionará uma busca incessante de ser novas coisas. Baseando-se na procura por aquilo que falta, pelo desejo de ser e pela utilização desses projetos para o preenchimento dessa falta. Isso pode ser notado pelo fato de que as possibilidades acontecem primeiramente no pensamento, precedendo sua existência. Porém, a liberdade de escolha causa um sentimento de desamparo, já que não há nada que possa livrar as pessoas da tarefa de escolher, fazendo com que seja

necessário a todo momento reinventar-se, posto que são as escolhas próprias que compõem a essência de cada ser humano.

Portanto, a condição de indecisão das jovens cria um patamar de dúvidas a respeito de seus futuros, pois dependendo da escolha feita poderão construir seus projetos de vida de maneiras diferentes. Visto que dentre as possibilidades existentes, a de permanência, teoricamente, induz para um resultado que não representa tantas mudanças quanto a migração para o meio urbano.

Devido a esses fatores, é de extrema importância a valorização das mulheres que optam por permanecer em locais majoritariamente masculinos como o campo, pois representam um tensionamento na conjuntura patriarcal, sugerindo a possibilidade de futuras transformações sociais. Desse modo, para o momento, restam indagações acerca da perspectiva matriarcal, que serão aos poucos respondidas por essas jovens estudantes, que poderão cunhar uma dicotomia em relação a força anuladora patriarcal.

Ao analisar a vivência das jovens do meio rural, as estudantes foram questionadas quanto às motivações pelas quais seriam influenciadas a permanecer no campo. As respostas descritivas foram codificadas e traduzidas em termos diretos, representando a essência de suas argumentações.

Das 6 jovens que pretendem permanecer no campo e as outras 10 que mostraram estar em dúvida, 11 delas revelaram os motivos que as levariam a ficar. Conforme a tabela 1, percebe-se que o motivo que mais leva as jovens a permanecer é o apreço pelo lugar, pela tranquilidade, e em seguida o apreço pelo trabalho agrícola.

Tabela 2 – Motivos da Permanência no Meio Rural (Feminino)

<i>Variáveis</i>	<i>Ocorrências</i>
Apreço pelo lugar/tranquilidade	9 (56%)
Apreço pelo trabalho no campo	5 (31%)
Dar continuidade a atividade familiar	2 (13%)
Total	16 (100%)

Fonte: Elaborado pelas autoras.

Mesmo sendo a minoria, as jovens que optam por permanecer no campo desenvolveram certa apreciação pelas atividades desenvolvidas, encontrando familiaridade no trabalho rural. Como citado anteriormente, por ser caracterizado como algo penoso, os afazeres do campo, muitas vezes, causam repúdio para as

jovens, sendo intensificado pelas relações desiguais da divisão do trabalho entre os gêneros. Assim, o número de mulheres que adquirem gosto por essa rotina é pequeno.

Outras permanecem no campo devido a tranquilidade que acreditam que o local poderá oferecer, não pelo trabalho em si. Assim é possível interpretar que essas jovens, quando permanecem no campo, muitas vezes buscam atividades que não estão relacionadas com o meio, ou não exercem funções que tenham um papel administrativo do local. Trata-se de um reforço e um desejo por experiências pluriativas. Além da possibilidade de residência rural com trabalho urbano.

Em contrapartida, os jovens também puderam inferir motivos pelos quais não permanecerão no meio rural, conforme tabela abaixo. Nesse caso, consideraram-se as assertivas das meninas e dos meninos.

Tabela 3 – Motivos da Migração Rural Urbana (Feminino e Masculino)

Variáveis	Ocorrências (Feminino)	Ocorrências (Masculino)
Falta de oportunidades profissionais e escolares	14 (45%)	9 (45%)
Distanciamento/isolamento	7 (23%)	4 (20%)
Dificuldades financeiras	6 (19%)	2 (10%)
Falta de interesse pelas atividades agrícolas	4 (13%)	3 (15%)
Penosidade do Trabalho	-	2 (10%)
Total	31 (100%)	20 (100%)

Fonte: Elaborado pelas autoras.

Percebe-se que as motivações dos jovens para sair do campo dizem respeito tanto a fatores “*push*” quanto a fatores “*pull*” (GOLGHER, 2004). Nesse sentido, ao mesmo tempo em que se sentem atraídos por aspectos e componentes urbanos (presença de oportunidades profissionais e acadêmicas) também são repelidos por atributos do campo (isolamento, dificuldades financeiras).

Ao analisar os dados, infere-se que a grande maioria deles buscam aprimorar suas formações estudantis (acadêmicas), visando melhorar também suas condições de vida. Isso está, provavelmente, atrelado às dificuldades financeiras vivenciadas pelas famílias dessas pessoas. Como citado anteriormente, o jovem é uma construção social e, por esse motivo, pode-se interpretar que o distanciamento do meio urbano e das oportunidades de estudo somados às escassas interações sociais ofertadas pelo

meio rural tornam-se um problema para a formação dos jovens enquanto indivíduos. Portanto, isso se torna um dos principais motivos para a saída do campo.

Entre as mulheres que responderam negativamente quando questionadas se pretendiam permanecer no campo, 27 delas expuseram o motivo para tal decisão⁷. Contrastando com as respostas femininas, os meninos relataram outro ponto importante que motiva o êxodo: a penosidade do trabalho. Nesse sentido, os meninos demonstraram sentir dificuldades no trabalho rural.

Dentre as respostas, aparecem os termos “trabalho pesado” e “trabalho forçado”. A ausência de respostas semelhantes a essa nos questionários femininos sugere que, talvez, as meninas sejam “poupadas” do trabalho braçal por esse ser considerado um trabalho masculino. Isso faz com que essas relações desiguais de gênero sejam forjadas de maneira tão intensa que causam a naturalização por parte das próprias mulheres. “Muitas mulheres acabam associando o seu trabalho como uma obrigação do cotidiano e que tem menor impacto nas dinâmicas rurais” (KUMMER 2019, p. 35). Influencia-se, assim, na autoestima e na perspectiva de permanência das mulheres no campo, principalmente entre as moças (KUMMER 2019).

Os participantes também foram questionados quanto as coisas que gostam no meio rural. Tais aspectos podem influenciar a decisão de permanência ou êxodo, conforme tabela 4.

Tabela 4 – Motivos de Apreço pelo Meio Rural (Feminino e Masculino)

<i>Variáveis</i>	<i>Ocorrências (Feminino)</i>	<i>Ocorrências (Masculino)</i>
Tranquilidade/sossego/calmaria	25 (43%)	14 (47%)
Atividades agrícolas/de lazer	16 (27%)	6 (20%)
Natureza	9 (15%)	2 (6%)
Privacidade e segurança	9 (15%)	-
Liberdade	-	8 (27%)
Total	59 (100%)	30 (100%)

Fonte: Elaborado pelas autoras.

⁷ Em suas respostas, as participantes demonstraram haver mais de uma razão para o êxodo, dessa forma, a tabela 2 terá mais do que 27 ocorrências.

Analisando esses dados, percebe-se que os aspectos mais agradáveis do campo para as meninas dizem respeito à tranquilidade e sossego do lugar, bem como a possibilidade de ter mais contato com a natureza e os animais. Além disso, foram citados itens como a privacidade e segurança. Finalmente, os respondentes relataram ter algum tipo de apreço pelas atividades exercidas no meio rural.

Em contrapartida, comparando os dados do questionário feminino com o questionário masculino, notam-se diferenças significativas entre os dois. A mais importante delas diz respeito ao termo “liberdade”, que sequer aparece dentre as 38 respostas das meninas, enquanto possui 9 ocorrências no questionário masculino. Isso pode ser explicado pela desigualdade de gênero existente no campo, que faz com que as mulheres tenham suas vivências restritas e limitadas. Já os rapazes são criados “soltos”, com maior amplitude de atividades, menor privação e vigilância.

A teórica feminista Simone de Beauvoir (1980) explica as razões para tal fato. Segundo ela, as meninas nascem e crescem tendo seu comportamento reprimido. São educadas para permanecer ao lado da mãe, dentro de casa, ajudando com os serviços domésticos e agindo “como mocinhas”. Por outro lado, os meninos, são estimulados a sair junto do pai para aventurar-se e “desbravar” o mundo, correndo, brincando, caçando, explorando seus próprios limites.

Como já mencionado anteriormente, as cidades se tornam mais atrativas para os jovens, principalmente para os que buscam alternativas econômicas diferentes daquelas encontradas no meio rural, pois, conforme a tabela 5, a rotina de trabalho desempenhada no campo é o segundo aspecto mais repulsivo citado pelos participantes. Através das respostas representadas abaixo, pode-se afirmar que o aspecto da vida no campo que se torna mais desagradável para os jovens é a distância do centro urbano, bem como a dificuldade de deslocamento.

Tabela 5 – Motivos de Desapreço pelo Meio Rural (Feminino e Masculino)

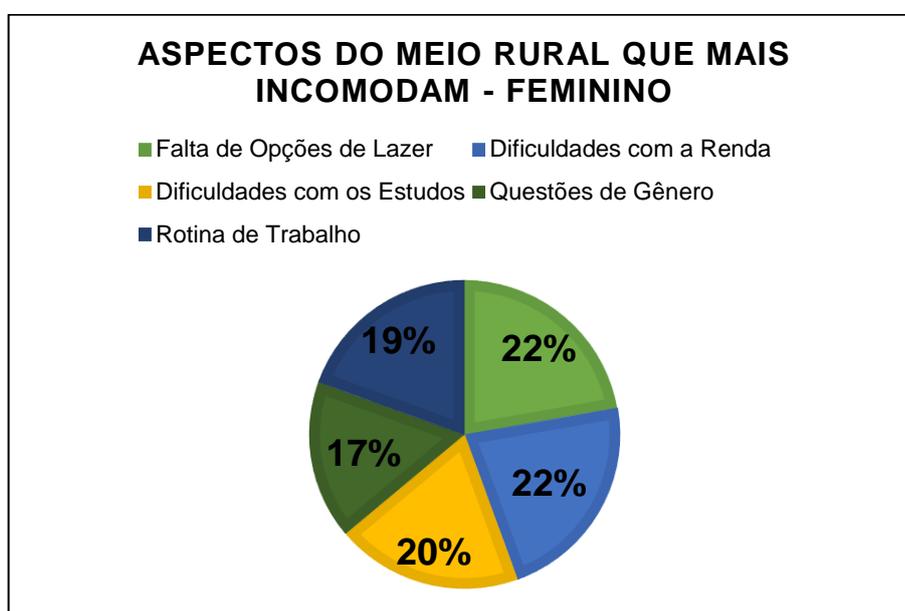
<i>Variáveis</i>	<i>Ocorrências Feminino</i>	<i>Ocorrências Masculino</i>
Distância e isolamento	22 (47%)	12 (55%)
Dificuldades no trabalho	6 (13%)	6 (27%)
Desvalorização, invisibilidade e preconceito	5 (10%)	3 (14%)
Falta de lazer	5 (10%)	1 (4%)
Solidão	5 (10%)	-
Falta de oportunidades de trabalho e estudo	3 (6%)	-

Hierarquia familiar	1 (2%)	-
Poluição e desmatamento	1 (2%)	-
Total	47 (100%)	22 (100%)

Fonte: Elaborado pelas autoras.

As jovens também foram questionadas quanto a quais aspectos do meio rural mais as incomodam. Somados aos dados da tabela 5, os dados a seguir mostram motivos que podem vir a se tornar razões para o êxodo feminino no campo.

Gráfico 4 – Aspectos do Meio Rural que mais Incomodam (Feminino)



Fonte: Elaborado pelas autoras.

A dificuldade de acesso aos estudos e a questão de gênero tornam-se os principais empecilhos para 63% das entrevistadas. Aliado a isso, com 18% a falta de opção de lazer e com 15% as dificuldades de trabalho também foram apontadas como fatores que incomodam na vida no meio rural.

Devido as dificuldades no campo, por vezes os indivíduos se sentem impedidos de desempenhar e realizar determinadas coisas. Dentre as jovens, 27 afirmam sentir tais entraves, enquanto houve 13 ocorrências masculinas, conforme dados a seguir.

Tabela 6 – Sentimento de Impossibilidade (Feminino e Masculino)

<i>Variáveis</i>	<i>Ocorrências Feminino</i>	<i>Ocorrências Masculino</i>
Sim	27 (71%)	9 (41%)
Não	11 (29%)	13 (59%)

Total	38 (100%)	22 (100%)
--------------	------------------	------------------

Fonte: Elaborado pelas autoras.

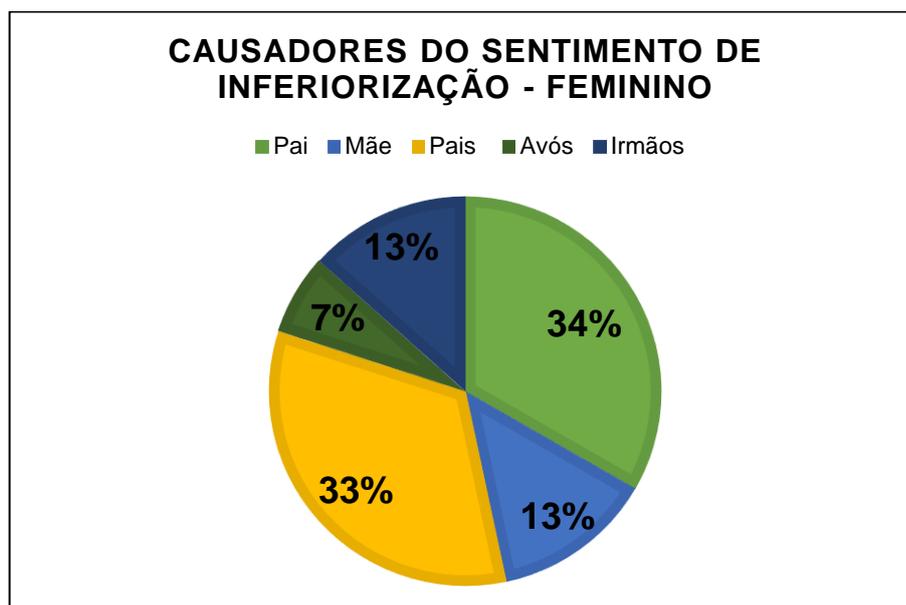
Através das respostas obtidas, os pontos que mais causam repúdio e que, conseqüentemente, possuem influência nesse sentimento de impossibilidade estão relacionados ao isolamento, a rotina de trabalho, a falta de lazer e questões relacionadas às relações de gênero problemáticas. Para Stropasolas (2004), o fato de herdar terras e da autonomia masculina, divergem com a emigração para a cidade. Entretanto, as moças, ao imaginarem uma vida como camponesa, conhecendo alternativas possíveis, rejeitam e resistem, movidas por aspirações de vida em outro meio cultural e ocupacional.

Além do mais, como já mencionado, o campo não é um local atrativo para as jovens justamente por não serem permitidas a ocuparem uma posição central nas relações de trabalho, bem como pela conduta conservadora e machista de suas famílias.

Isso origina um sentimento de não pertencimento ao campo, visto que a criação de barreiras para o desenvolvimento e realização de suas vontades as encurralam para uma possibilidade de fuga, ou seja, a cidade.

Essa perspectiva é reforçada pelo dado de que 45% das jovens já se sentiu inferiorizada no seio familiar. Mesmo não sendo a maioria, é um número significativo, ainda mais quando nos deparamos com o fato de que a maior parte dessa inferiorização é causada pelo pai, o homem da casa, trazendo evidências claras de machismo e da opressão que as mulheres sofrem apenas pelo seu gênero. Além disso, 35% revelaram que o indivíduo causador dessa inferiorização é a mãe, que reproduz os mesmos comportamentos que atuaram sobre ela quando jovem e que motivaram a posição que ela ocupa na hierarquia da família, da propriedade e da sociedade. Novamente, nota-se que o tornar-se mulher é violento e abrasador, e aquelas que ousam não seguir esses ideais são consideradas pecaminosas. Entretanto, isso é uma produção de cunho masculino que resulta em menor protagonismo da mulher. Abaixo, segue gráfico que reflete os causadores do sentimento de inferiorização no seio familiar.

Gráfico 5 – Causadores do Sentimento de Inferiorização (Feminino)



Fonte: Elaborado pelas autoras.

No tocante a condição estrutural das respondentes, a maioria não possui trabalho remunerado e/ou fora de casa. Essa é uma situação condizente com a idade, porém é sabido que no Brasil muitos dos jovens estudantes de Ensino Médio desenvolvem atividades laborais. Conforme tabela 7, é possível perceber que as jovens dedicam-se às atividades adjacentes ao ambiente doméstico e participam das funções agropecuárias.

Tabela 7 – Papel nas Atividades do Grupo Familiar (Feminino)

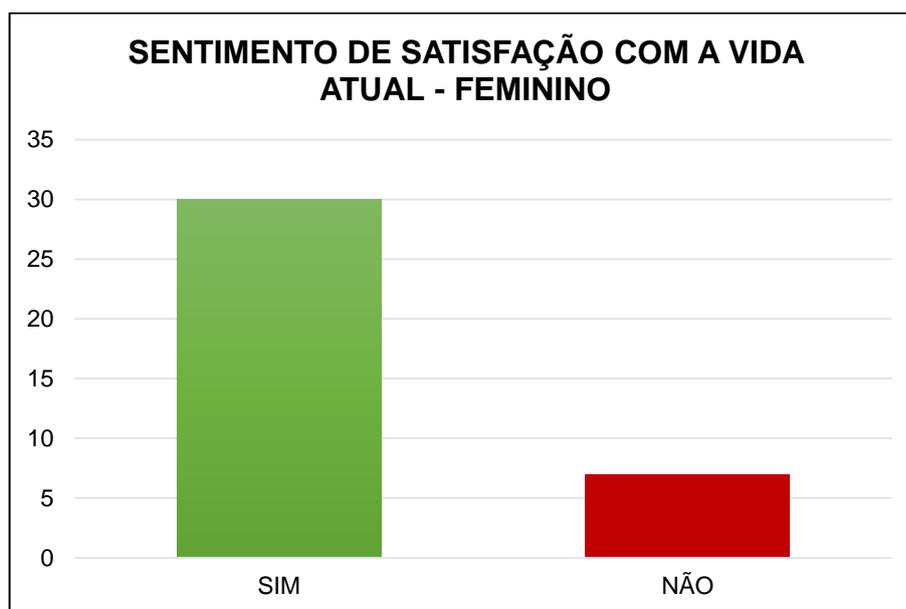
Atividade	Número de Ocorrências
Afazeres Domésticos	22 (49%)
Atividades Agropecuárias	12 (27%)
Estudos	11 (24%)
Total	45 (100%)

Fonte: Elaborado pelas autoras.

A grande maioria estuda e desempenha como atividade secundária ajuda nos afazeres domésticos ou em atividades consideradas não muito exaustivas. Entretanto, Paulilo (1987, p. 7) discute que o trabalho é “leve” (e a remuneração é baixa) não por suas próprias características, mas pela posição que seus realizadores ocupam na hierarquia familiar. Fazendo menção não só às jovens, mas, sobretudo, a sua situação de ser mulher.

Há uma ligação direta entre os aspectos do campo que as meninas mais ou menos gostam, seu papel dentro da família e seu sentimento de satisfação com a vida atual. Esse quadro, embora subjetivado, permite considerar aspectos da valorização do ambiente rural e familiar no qual convivem.

Gráfico 6 – Satisfação com a Vida Atual (Feminino)



Fonte: Elaborado pelas autoras.

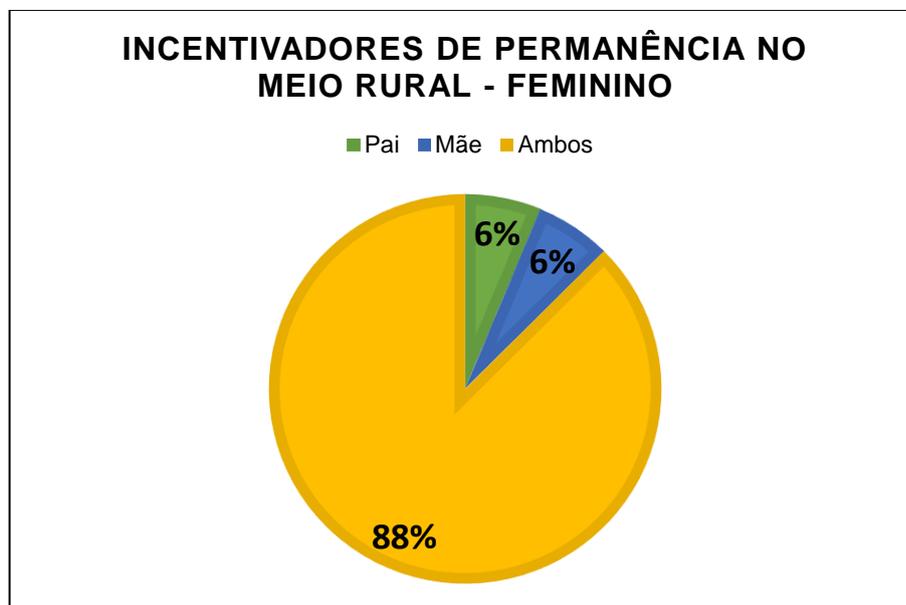
Dentre as 37 respostas obtidas, 30 participantes responderam que se sentem satisfeitas, enquanto as outras 7 não demonstraram o mesmo. Quanto a percepção das jovens sobre suas funções dentro da família, os dados refletem que a maioria (87,5%) considera que, dadas as circunstâncias, suas contribuições são justas.

A decisão de partida ou de permanência envolve diversas questões. Dentre elas, a opinião dos pais, que, baseadas em seus ideais, irão influenciar os filhos. Segundo os dados coletados, 64% das respondentes afirmaram que os pais não incentivam a ficar no campo, em contrapartida, 36% incentivam a permanecer. Isso fortalece a ideia de perspectiva negativa, do ponto de vista dos pais, do filho ficar no campo. Sendo assim, a maioria dos pais esperam que os filhos e, em especial as filhas, busquem melhores condições de vida na cidade.

As meninas que afirmaram ser incentivadas a permanecer no campo também responderam a uma pergunta que questionava sobre quem mais incentiva essa

decisão: pai ou mãe. Entretanto, não houve diferenças significativas, segundo gráfico abaixo.

Gráfico 7 – Incentivadores de Permanência no Meio Rural (Feminino)



Fonte: Elaborado pelas autoras.

A maioria das respostas convergem na opção de ambos e apenas 6% para somente pai ou mãe. Um fator que pode alterar as dinâmicas é a influência de liderança dos pais nas decisões que são tomadas a dois. Sendo assim, em alguns casos, a mãe poderia ter uma perspectiva diferente para a filha, sendo essa silenciada diante da condição subalterna ao marido.

As respostas na tabela abaixo embasam o imaginário negativo acerca de uma futura perspectiva de vida no campo. Visto que o apoio e opinião dos pais tem grande relevância nessa fase da vida, dificilmente um filho irá contrariar as sugestões, devido a ideia de que os pais sempre quererão o melhor. Aliado a isso, há a questão da independência, pois a grande maioria não consegue sustentar-se por conta própria.

Tabela 8 – Incentivo dos Pais (Feminino)

Atividade	Número de Ocorrências
Estudar	14 (50%)
Trabalhar na cidade	6 (21%)
Livre escolha entre ir/ficar	6 (21%)
Melhores oportunidades	2 (8%)
Total	28 (100%)

Fonte: Elaborado pelas autoras.

Inseridos no seio familiar, é comum que, mesmo sendo mais jovens, os filhos tenham alguma participação nos negócios da família. Entretanto, após analisar os dados obtidos, conferiu-se que essa participação não é tão incisiva no universo feminino, conforme tabela a seguir.

Tabela 9 – Participação nos Projetos e Decisões da Família (Feminino e Masculino)

Variáveis	Ocorrências Feminino	Ocorrências Masculino
Sim	17 (45%)	14 (64%)
Não	21 (55%)	8 (36%)
Total	38 (100%)	22 (100%)

Fonte: Elaborado pelas autoras.

Mesmo não sendo a maioria, cerca de 45% das jovens, um número expressivo, assume não participar dos projetos e das decisões que a família toma em relação à agricultura. Pode-se observar que os meninos têm uma porcentagem de participação maior (64%), isso mostra a falta de autonomia feminina e evidencia o processo de masculinização do meio rural.

A partir desse processo, o papel das mulheres, apesar de significativo, é desvalorizado e encarado apenas como “ajuda”, um complemento ao homem, o que afirma ainda mais a desigualdade de gênero.

Foram obtidas respostas variadas das jovens a respeito das dificuldades para viver no campo. Para a maioria das moças o problema financeiro é apontado como a principal dificuldade para permanecer, segundo tabela abaixo.

Tabela 10 – Dificuldades para a Permanência no Campo (Feminino)

Dificuldades	Número de Ocorrências
Financeiras	21 (57%)
Distância/Locomoção	12 (32%)
Relacionadas ao estudo/profissão	4 (11%)
Total	37 (100%)

Fonte: Elaborado pelas autoras.

Dentre as respostas, frequentemente houve a ocorrência do termo “desvalorização da agricultura/agricultor”. Diante disso, torna-se nítido o anseio das meninas de sair do campo a fim de melhorar as condições de vida, tanto no âmbito

financeiro como aquele relacionado a uma maior comodidade e conforto, pois, haja vista a distância do meio rural aos centros urbanos, com frequência as famílias necessitam percorrer longas distâncias, alocando grande quantia de dinheiro e tempo para isso.

Aliado às dificuldades para continuar vivendo no meio rural, 81% dos jovens afirmam não ter facilidade de formar sua própria propriedade caso optem por continuar no meio rural. Isso significa que mesmo vivendo no meio rural e estando diretamente ligadas à agricultura, não encontram subsídios e apoio para gerir com total independência uma propriedade.

Abordar o assunto permanência envolve diversas questões sobre o futuro e os anseios dos jovens. Dentre as possibilidades e aquilo que normalmente vem junto da decisão de ficar, está a chance de encontrar um companheiro(a). Os dados obtidos permitem a comparação das respostas entre os meninos e as meninas que residem no meio rural⁸.

Tabela 11 – Possibilidade de Matrimônio (Feminino e Masculino)

Variáveis	Ocorrências Feminino	Ocorrências Masculino
Sim	18 (47%)	18 (82%)
Não	20 (53%)	4 (18%)
Total	38 (100%)	22 (100%)

Fonte: Elaborado pelas autoras.

A maioria das jovens não encara com naturalidade a possibilidade de casar-se com alguém que vive no meio rural. Em contrapartida, 47% encaram com naturalidade tal possibilidade. Tal resultado reflete o imaginário negativo em relação a permanência das jovens no meio rural.

O resultado reforça essa tese quando se analisam os dados dos meninos que residem no meio rural, pois 82 % disseram que não veem problema em ter uma relação com alguém que vive no meio rural e continuar vivendo naquele espaço. Para Stropasolas (2004), o matrimônio é certo para configurar a nova ordem de patrimônio bem como o trabalho realizado pelas mulheres na remodelação da

⁸ Refere-se a pergunta 25 do questionário: “você vê com naturalidade a possibilidade de casar-se com alguém que vive no meio rural e permanecer vivendo lá?”.

propriedade, visto que está sendo reproduzido o modelo e padrão familiar que aconteceu com os pais dos jovens. Diante disso, surgem indagações das mulheres a partir do descontentamento com o papel e lugar que está sendo atribuído a elas nesse processo.

Por isso a diferença entre meninos e meninas, pois meninos tendem a não se preocupam em mudar a realidade cotidiana e o lugar que ocupam ou desejam ocupar na família e na sociedade. Já para as mulheres essa é uma necessidade corroborada com o anseio de maior protagonismo, oportunidades e liberdade.

5.2 Percepções Subjetivas

A análise das entrevistas teve como objetivo o detalhamento e aprofundamento dos dados objetivos. Na análise utilizou-se nomes fictícios para que as identidades dos depoentes fossem preservadas. Sendo assim, entrevistou-se dez meninas e quatro meninos, entretanto, devido a relevância do conteúdo abordado e dos rumos que cada entrevista tomou, tornaram-se objeto de discussão sete entrevistas das meninas e três dos meninos.

A entrevistada Maira tem 15 anos de idade, reside no campo e trabalha diretamente com as atividades rurais, produzindo fumo, milho e soja juntamente com os pais e um irmão mais jovem.

Em sua família, Maira afirmou que há uma hierarquia bem definida, traços fortes de patriarcalismo, principalmente nas relações entre o pai e a mãe, e relações desiguais de gênero: “ela dá a opinião dela, ele dá a dele, mas é ele quem vai decidir”. Ao tocar no assunto, ela proferiu as palavras com certo lamento, sem direcionar o olhar para a entrevistadora. Ela acredita que essa situação de desigualdade nas relações familiares advém do fato de que o pai possui independência financeira e é o provedor: “minha mãe não pode ir ao salão e fazer o cabelo sem antes pedir permissão e dinheiro ao meu pai”.

Isso retrata um dos motivos pelos quais parte significativa das mulheres permanecem no campo. A falta de independência financeira não propriamente obriga as mulheres a ficarem no campo, mas limita suas chances de sair, dificulta e, em última instância, faz com que fiquem.

A entrevistada também relatou que a mãe acaba “aceitando” as condições impostas pelo marido porque ele realiza o trabalho mais “pesado” na propriedade. Isso

retrata fielmente as ideias trazidas por Paulilo no texto “O peso do trabalho leve” (1987). Segundo Maira, as funções da mãe são os cuidados com a casa e o trabalho na roça. Já o pai trabalha apenas no campo e considera que o trabalho da esposa é leve: “ele fala que é só limpar a casa, que é fácil, mas é uma coisa que ele não se dispõe a fazer. Se ele não sabe o que é cuidar de uma casa sozinho, ele não pode dizer isso.” Ao relatar a desigualdade das funções entre os pais, ela elevou o tom da voz e mostrou estar profundamente incomodada com tal situação. Por esse motivo, anseia sair do campo e ter sua própria casa, pois não gosta das situações pelas quais a mãe passa. Ela também afirma que acredita que os papéis sociais que a mãe desempenha em casa estão diretamente ligados ao seu gênero.

Maira faz uma crítica ao relatar que além de não haver mudanças nas problemáticas estruturas do relacionamento dos pais, também há a reprodução disso aos filhos. Segundo ela, “essas coisas não vão mudar, ela (a mãe) se submete a certas coisas e ele tá confortável dessa maneira, e assim eles... convivem”.

A moça traz que a mãe transmite suas obrigações à filha, ensina a cuidar da casa e das “obrigações de mulher”, porque quando os pais envelhecerem será ela a responsável por cuidar deles. Diante disso, Maira questiona o motivo pelo qual a mãe não ensina tais funções ao filho mais jovem. Por isso, ela acredita que quando o irmão se tornar adulto, será como o pai: “a partir do momento que ele se casar, não vai mais querer fazer nada dentro de casa, porque vai ter alguém que faz por ele”.

Maira diz que o irmão já tem idade suficiente para realizar diversas atividades dentro de casa, porém não possui essas obrigações, pois ninguém as impõe a ele. Entre suspiros e expressões de impaciência, ela afirma: “quando eu estou em casa, preciso arrumar a cama dele. Quando não estou, ele consegue fazer isso tranquilamente. Ou seja, só deixa de fazer porque tem alguém pra fazer por ele.” Segundo ela, quando era pequena, os pais exigiam dela muito mais responsabilidades do que o irmão possui agora.

Por fim, Maira acredita que se caso fosse obrigada a ficar no campo, seria para não perder o que a família construiu ao longo dos anos. Por esse motivo é que ela escolheu o curso de Agropecuária integrado ao Ensino Médio no IFSC; para que pudesse ajudar em casa e talvez se sentir mais próxima do pai.

A entrevistada Augusta tem 18 anos de idade, reside no meio rural e embora não participe diretamente das atividades rurais, sua família o faz. A jovem estudante

vive com os pais e um irmão mais velho. Ela não percebe hierarquia de gênero, mas sim entre pais e filhos. Segundo ela, ao contrário do que acontece com outras famílias, sua mãe e seu pai possuem iguais direitos e deveres. Afirma que em sua casa não existem reclamações sobre as funções desempenhadas: “faz-se o que precisa ser feito. Minha mãe cuida da casa, mas sempre que as coisas apertam na estrebaria ela vai, da mesma forma que o pai sempre colabora e segura as pontas em casa”. Entretanto, Augusta sente que a própria mãe se coloca em uma posição abaixo do marido.

Ele escuta muito ela, dá muita razão a ela e eles sempre conversam muito sobre tudo, e ambos chegam a um acordo. Mas ela própria fala que a decisão final das coisas precisa ser dele. Ela entrega, cede a palavra ao meu pai, por acreditar que ele tem mais importância e que é ele quem deve puxar a frente, ter a voz mais alta, agir como chefe de família. No caso, acredito que ela seja machista consigo mesma.

Quando questionada sobre a decisão de permanência ou saída, Augusta fala - com muito entusiasmo – que ficar nunca foi uma opção: “as coisas que quero pra minha vida não existem no campo”. Demonstrando sentir orgulho dos pais, explica que eles sempre incentivaram a busca de oportunidades melhores e a realização de sonhos.

Parece que eles definiram meus ideais de sonhos. Minha mãe sempre me diz pra conhecer o mundo, pra viajar muito, pra ser alguém que faz a diferença pras pessoas. E eu, desde então, sonho com isso tudo... E ficando na roça as minhas chances de fazer isso ficam limitadas

Ao ser indagada sobre o sentimento dos pais ao vê-la sair de casa, Augusta se diverte. “Até agora eles parecem estar tranquilos, serenos. Me fazem sonhar muito alto. Na hora do ‘vamos ver’ acho que vai ser ‘outros quinhentos’. Mas tô tranquila quanto a isso porque sei que jamais me impediriam de nada”. Em meio a risos, ela acredita que

embora eu saiba que eles vão sentir minha falta, me criaram pro mundo, não pra ficar embaixo das asas deles... quando eu pergunto o que eles acreditam ser totalmente inviável, eles me falam que não existe nada impossível, mas que se pudessem escolher meu futuro, optariam pra que eu ficasse na cidade grande mais próxima de casa.

Julia mora com os pais, a irmã e as avós no meio rural, onde não exerce nenhuma função ligada ao meio. A configuração da família de Júlia é atípica, devido ao fato da mãe possuir um estabelecimento na cidade, o que permite desempenhar atividades não ligadas ao campo, sendo independente do trabalho rural. Mesmo assim, Julia nota que os homens do seu seio familiar possuem sobreposição de ideias e de liderança, sobretudo, antes da mãe exercer uma função a parte.

Além disso, acredita que o mercado de trabalho possibilita que a mulher tenha mais voz dentro de casa. Logo, o dinheiro é uma premissa para possuir mais autoridade domiciliar. Entretanto, mesmo que a mulher tenha alcançado o domínio da gestão financeira familiar, ela não se tornou a pessoa com maior autoridade da casa, como acontecia quando os homens possuíam os meios capitais.

Ademais, Julia também percebe uma hierarquia subentendida nas próprias atividades desempenhadas no meio escolar, por exemplo: “os professores dizem, ah, pros meninos buscarem as enxadas e as meninas plantarem flores. Precisa dos meninos pra buscar não sei o que, que é pesado, as meninas que são mais perfeccionistas plantam as florzinhas pra ficar retinho!” e ressalva, com expressão de incredulidade: “acho que isso não faz o menor sentido, pelo amor de Deus!”. A esse respeito, é preciso considerar o processo de naturalização dos papéis sociais, como destacam Furlan e Santos.

O feminismo como movimento político transformador interroga e desconstrói a naturalização dos corpos em papéis e práticas sociais, e, como conhecimento crítico, interroga os discursos sociais, em seus desdobramentos de etnia, raça, classe, gênero e sexualidade, além de interrogar o próprio sexo biológico na constituição do sujeito “mulher”. O sujeito do feminismo produz-se em um movimento complexo e dinâmico, na análise das engrenagens de constituição do corpo/sujeito/sexo, na experiência das práticas sociais generalizadas enquanto mulher – e na crítica ao quadro epistemológico no qual se insere seu próprio discurso. (FURLAN; SANTOS, 2008, p. 30).

Carla é uma jovem de 16 anos que vive juntamente com os pais, irmão e avós paternos. Trabalham com pecuária de leite, corte, produção de grãos, arrendamentos de terras e piscicultura.

Quando perguntada sobre a pretensão de permanência no campo, a jovem responde rapidamente e com veemência que não pretende permanecer, pois não vê nenhuma possibilidade de possuir a qualidade de vida que almeja morando no meio rural. Isso ocorre devido a observação das experiências vivenciadas pelos seus pais,

em especial pela mãe. Com a voz embargada e mostrando ter tomado uma decisão fácil, mas muito dolorosa, ela diz:

Nossa, não, não quero ficar lá em casa não. Vejo tudo o que meus pais sofrem, ainda mais a mãe. Eu acho que no fundo eles até gostam um pouco de viver aqui, mas eu não quero isso pra mim, não quero ter que trabalhar, tipo, na roça da forma que meus pais trabalham. Minha mãe vive triste e cansada, sozinha. Isso não é qualidade de vida pra ela, eles. Eu quero... sair, sair pra sentir mais eu, mais livre disso tudo. Tipo, não que o campo seja uma prisão, mas lá em casa é, cara.

O termo qualidade de vida apresenta definições abstratas, pois sugere significados diferentes para diferentes pessoas. Kluthcovsky e Takayanagui (2017), aponta que, inicialmente, a expressão foi utilizada para proporcionar suporte governamental para pessoas de classes sociais menos favorecidas e o impacto sobre suas vidas e sobre o orçamento do Estado. Porém, o termo não foi valorizado, ganhando evidência apenas após a Segunda Guerra Mundial sendo associado à ideia de melhoria no padrão de vida através da obtenção de bens materiais, como casa própria, carro e salário.

O termo qualidade de vida foi, então, usado para criticar políticas, nas quais o objetivo era o crescimento econômico sem limites. O conceito foi, a seguir, ampliado, a fim de medir o quanto uma sociedade havia se desenvolvido economicamente. Com o passar dos anos, o conceito se ampliou, significando, além do crescimento econômico, o desenvolvimento social, como educação, saúde, lazer, etc. (KLUTHCOVSKY & TAKAYANAGUI, 2017).

Assim, pode-se dizer que a jovem vê o campo como um local carente de aspectos como lazer, trabalho qualificado, liberdade e principalmente, felicidade, em que Carla enfatiza o cansaço e esgotamento da mãe. Os motivos para tal evidência ocorrem pelo fato de que ela desempenha uma jornada tripla de trabalho, cuidando da casa, filhos e da roça. “Acho injusto, porque a mãe tem que trabalhar o dia todo ou deixar todo o serviço de fora e de dentro de casa pronto pro meu pai, além de cuidar de mim e do mano”. Isso lhe causa um sentimento de desapontamento, muitas vezes, fazendo com que se sinta impotente perante as injustiças cometidas, encontrando como única saída a migração rural. A estudante não tem certeza de quais são as pretensões para seu futuro, mas afirma que deseja migrar para o meio urbano e levar seus pais com ela.

As relações de gênero desiguais em sua família são representadas de diversas formas, mas Carla aponta que a principal delas é causada devido ao monopólio do dinheiro por parte de seu pai. Isso faz com que ele tenha controle sobre as decisões da casa, da vida da esposa e dos filhos: “ele que manda em todos dentro de casa. É que como ele tem o controle do dinheiro, pode dizer o que vamos fazer e quando vamos fazer. Tudo sempre do jeitinho dele, sabe?”. No momento em que é questionada sobre qual o provável motivo dessa inferiorização, Carla responde de forma aflita e cautelosa, “eu... sei lá... é que... acho que é porque ele deve achar que é mais inteligente que minha mãe...”, revelando traços concretos de machismo.

Ao apresentar a possibilidade de permanência no campo devido ao casamento com alguém desse meio, ela questiona os fatores para a sua decisão e propõe que apenas aceitaria essa condição se a relação matrimonial fosse diferente da de seus pais. Assim, torna-se evidente a influência das experiências vivenciadas em sua própria casa nas concepções da jovem sobre a vida no meio rural.

Cara, olha... eu acho que só iria querer ficar com alguém no campo se as coisas fossem diferentes de lá de casa, do pai e da mãe. Mas não sei, sabe, quando arrumei meu primeiro namorado, meu pai disse que finalmente teria alguém pra trabalhar lá em casa.

Ângela tem 17 anos e reside no meio rural com seus pais e seu irmão. Ela mantém contato direto com as atividades agrícolas, principalmente na produção leiteira – principal fonte de renda da família – e com o plantio de fumo e de milho. A jovem afirma que em sua organização familiar estão presentes traços do patriarcalismo e de machismo. Além de seu pai, seu irmão mais velho possui uma autonomia veemente, muito maior que a de sua mãe, tanto nas tomadas de decisões quanto na divisão de tarefas para a casa.

Ela também aponta que esse é o maior empecilho para sua permanência no campo, porque apesar de gostar do meio, a falta de voz feminina na casa a faz pensar diferente, inviabilizando sua continuidade no lugar. Prosseguindo a fala, ela traz que “se os homens lá em casa fossem diferentes, eu com certeza ficaria”. Há uma explicação para tal conjuntura, como assevera Silva.

[...] podemos observar que no campo, as mulheres têm menos oportunidade de autonomia econômica, bem como de decisão. Isso acaba sendo um fator

preponderante para o êxodo das jovens que também é fruto das relações patriarcais e da busca por maior liberdade e autonomia. (SILVA, 2011, p. 5).

Ao ser lançada a suposição da jovem permanecer no campo de forma obrigada, por falta de opções, a entrevistada responde que, provavelmente, isso se daria devido a uma prestação de ajuda: “acho que seria pelo fato de eu poder ajudar, já que caso contrário seria um único filho a ficar com tudo... Não daria conta de todas as atividades (milho, fumo e das vacas). Seria só pra ajudar meu irmão.” Percebe-se claramente como está enraizada a naturalização do papel da mulher no campo, sendo que mesmo desempenhando tarefas com fins produtivos, geralmente serão vistas como “ajudantes”. Essa conjuntura é contextualizada por Brumer (2004, p. 2013), “as atividades agrícolas exercidas por elas são vistas como uma extensão intrínseca às suas atribuições de mãe e esposa”.

Notam-se semelhanças entre Ângela e Sofia, de 16 anos, que juntamente com seu irmão, pais e avós, fazem a renda familiar provir da plantação do milho e da soja. Ao ser indagada sobre a divisão de tarefas em sua casa, comenta: “a mãe e a vó ficam mais em casa, com os trabalhos de casa, mas também ajudam o pai e o vô que ficam mais na lavoura”. Depois, ainda complementou: “tem uma grande diferença, mas quando se precisa de ajuda na lavoura ou em casa todo mundo ajuda”.

Diferente de Ângela, no entanto, Sofia não gosta da vida no meio rural e não vê nenhuma chance em permanecer lá: “eu não me sinto à vontade em casa, tipo fazendo essas atividades”. A jovem conta que pretende sair de casa para cursar medicina e que os próprios pais motivam ela e o irmão a sair, com a justificativa de que não querem que os filhos levem a mesma vida difícil que eles levaram no campo, tendo problemas relacionados ao trabalho árduo e as dificuldades financeiras.

Diferentemente das outras meninas entrevistadas, Cláudia (19 anos), está diante de uma conjuntura familiar diferente. Devido ao fato de a família desenvolver uma dupla atividade rural – lavoura e gado de corte –, mais possibilidades são oferecidas. O irmão já possui graduação concluída e mesmo assim retornou para as atividades agrícolas. Entretanto, os pais gostariam que o futuro das atividades ficasse sob controle de Cláudia: “eles percebem que tenho amor pelo trabalho”. Além disso, ela ressalta que pode expor ideias e opinar nas relações familiares, embora a decisão final sempre é do pai.

Cláudia concorda com essa estrutura pois, nas palavras dela: “meu pai tem muita experiência no ramo, o que colabora na tomada das decisões”. Com ar de satisfação, a entrevistada faz uma ressalva sobre a relação conjugal de seus pais: “meus pais tomam decisões juntos e têm boa convivência”. Dessa forma, infere-se que a flexibilidade, o bom entendimento e a relação mais igualitária entre o casal refletem na vida e na escolha dos filhos entre ficar ou partir. Cláudia afirma, feliz, que o ficar terá muitos pontos positivos. Para além disso, ela não soube destacar sequer um aspecto negativo na decisão de ficar: “amo tanto minha vida e a minha família que até o que é mais ou menos bom a gente consegue fazer ficar melhor”.

Por conseguinte, Cláudia pretende fazer carreira em alguma outra empresa para então adquirir experiência e depois retornar para as atividades no campo, pois, como já dito anteriormente, não acha ruim permanecer em casa.

Adentrando nas entrevistas masculinas, com José, objetivando diferenciar a ótica e as relações familiares e de trabalho. O entrevistado tem 17 anos, é filho único e vive com os pais e avós, possuindo assim uma realidade de convivência diferenciada. A principal fonte de renda da propriedade provém da atividade leiteira e ele está diretamente ligado com esse trabalho.

Segundo José, a divisão do trabalho é feita da seguinte forma: sua mãe cuida da casa e tira o leite das vacas, enquanto seu pai cuida dos piquetes. Já ele, “ajuda” ambos. Entretanto, quando interrogado se trabalha nos serviços domésticos, afirma: “geralmente quem cuida da casa é minha mãe e minha avó, como quase nunca estou em casa, quando estou ajudo lá fora.”.

Ainda assim, diz nunca ter percebido nenhuma diferença de trabalho por conta do gênero, depois afirma: “minha mãe trabalha mais que meu pai!”. E justifica: “ele não trabalha muito porque ele não pode”. Porém, quando questionado se acredita que a divisão do trabalho está ligada com o gênero, sua resposta é afirmativa, mesmo que de forma um pouco defensiva: “é, em partes sim, isso de limpar a casa geralmente é minha mãe e minha vó mesmo, geralmente eu ajudo, já meu pai e meu vô não ajudam nesse sentido”. Com isso, é possível notar traços do patriarcalismo, pois os “homens da casa” não podem fazer os serviços que comumente cabem às mulheres, mas o filho homem, até não se tornar o patriarca, pode.

Ao ser perguntado se em algum momento já se sentiu inferior ou superior à alguma mulher em casa, diz que não. Posteriormente, em resposta à questão acredita

que se ele fosse uma menina iria desempenhar diferentes funções, diz que não: “dependeria muito do pensamento dos meus pais, mas acredito que dentro de casa seria da mesma forma”.

Além disso, José diz que é seu avô o chefe da casa: “ainda acho que é meu avô”. Também apresenta sua percepção sobre isso: “meu pai e minha mãe sempre conversam sobre as coisas para chegar a uma conclusão, mas como meu vô... a casa é dele, [...] ele sempre quer ter a palavra final”. Mas explica que, por estar velho e não conseguir ajudar muito mais nas atividades, não toma mais as decisões como tomava antes.

Visto que o entrevistado participou da realidade em que o avô era o chefe da família e que, agora, são seus pais – juntos - que tomam as decisões, José foi indagado sobre como era a situação da sua avó no período de comando de seu avô: “eu acho que a minha vó é a mais machista de todos [...], ela chega a servir meu avô pra ele não precisar levantar da cadeira!”. O jovem mostrou muita indignação sobre o assunto e diz não querer, quando tiver sua própria família, que as coisas sejam desse jeito: “[...] essa estrutura não me agrada”. Nota-se que, segundo o relato de José, a avó provavelmente incorporou as estruturas machistas, patriarcais e de desigualdade de gênero em que vivia na juventude, e atualmente as reproduz de maneira tão incisiva que é como se estivesse sendo obrigada a isso, quando na verdade está seguindo um padrão experimentado durante toda a vida, pois já naturalizou tais situações e acredita estar fazendo o certo.

O entrevistado Pedro, de 18 anos, vive com os pais, avós e um tio. A principal renda da família provém da produção leiteira. Pedro afirma que todas as decisões e a “chefia” familiar são realizadas pelos pais, juntos.

O jovem rural diz que as mulheres já podem fazer os serviços considerados “serviços de homem”, mas deixa claro que: “ainda homem nenhum pode trabalhar em horta ou na cozinha, isso é serviço fixo das mulheres. Os homens sentam e aguardam”. Nesse relato, nota-se que quando os jovens têm noção da presença do machismo e patriarcalismo em suas famílias, se contentam com pequenas evoluções. Além disso, não se dão conta de que as mulheres estão buscando pelo seu espaço, fazendo além daquilo que lhes é comumente destinado. O homem até “cede” esse espaço, mas não apresenta esforço para fazer as atividades femininas e extinguir as diferenças.

Questionado acerca das atividades que cada integrante realiza, ele relata: “eu sou meio coringa... O pai trabalha com o serviço fora de casa, minha mãe dentro e fora e quando minha irmã ainda morava em casa, só fazia o serviço de dentro”. O rapaz deixa clara sua crença sobre o trabalho estar dividido dessa forma entre os gêneros pois “geralmente os homens têm mais força”.

Apesar de ter dito que em sua casa nunca se sentiu obrigado ou impedido de fazer alguma atividade por seu gênero, relata que, quando mais novo, mesmo não tendo interesse algum, teve que jogar futebol, pois é comum nas comunidades que os meninos joguem. Dessa forma, torna-se perceptível a pressão social que os meninos também sofrem com o machismo.

Caio tem 17 anos, mora junto com seus pais e tem uma irmã mais velha que já saiu de casa. Possuem uma chácara e produzem para consumo próprio, mas quando há excedentes (bergamota, gado) vendem, para ajudar com a renda da casa.

Com relação a divisão do trabalho na família, Caio afirma que participa ativamente em todas as tarefas, contando que o serviço mais braçal sempre fica como dever do homem, pois tem mais força. Como uma tentativa de explicação, ele complementa:

Eu não acho certo, mas a gente também entende né, que a mulher tem menos força, não que ela foi criada para ser do lar, nunca. Mas elas fazem o serviço mais de casa, têm mais “amor” pelo que elas fazem. O homem já faz mais o braçal.

No entanto, coloca que sua mãe é a chefe da família, a mais “mandona”, e que, então, todas as tarefas são divididas, todos se ajudam. Caio relata também que sua mãe possui muitas atitudes machistas, quando comparada ao seu pai, que tem uma mente mais aberta para determinadas coisas. O jovem afirma: “se é de homem, é o homem que vai fazer. Ela divide as tarefas, mas quando é da casa, as coisas mais delicadas, ela quer fazer e o mais pesado os homens vão fazer”.

Para explicar o fato, ele fala: “ela foi criada num ambiente muito machista, eram os meninos que comandavam a casa, meu avô batia muito na minha avó [...], as meninas nunca podiam fazer nada, eram sempre os meninos”.

Ao ser interrogado sobre as questões de gênero nas aulas práticas do curso de Agropecuária, responde: “não notei, se talvez ouvi não dei bola, porque a gente

está inserido nessa sociedade, muitas vezes escutamos 'menina faz isso, menino faz aquilo'".

Percebe-se, portanto, uma condição diferencial quando se trata de experiências sociais de moças e rapazes no campo. Essa conjuntura reforça um viés de valorização dos papéis masculinos em detrimento dos femininos, o que impacta fortemente nos processos decisórios de migração ou permanência. É fato consubstanciado pelas falas que o fator preponderante para o comportamento tendencial de migração rural feminina reside numa relação desigual entre os gêneros.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao ponderar os dados obtidos ao longo da construção do Projeto Integrador juntamente com todas as análises, discussões e leituras das pesquisas de outros autores, percebe-se que a decisão de partir ou permanecer é permeada por diversos fatores. Embora esses processos decisórios sigam certa linearidade e padronização, são singulares e dizem respeito a contextos únicos e individuais, pertencentes às donas das histórias aqui pesquisadas. Portanto, não se refere a regras: se refere a inclinações e tendências.

Levando em consideração que o tema central da pesquisa trata justamente de uma decisão tão complexa, que envolve tantas questões e possui intrincadas raízes histórico sociológicas, é de extrema importância que não seja limitada somente a uma simples escolha; e sim, que seja compreendida como algo que efetivamente permeia a vida dos que precisam escolher. Esse é o produto construído por esta pesquisa: provocações e ponderações para ampliar a discussão, tendo como base a região Extremo Oeste Catarinense.

Dentre todos os apontamentos, destaca-se o fato de que a maioria das estudantes do IFSC – Campus São Miguel do Oeste, residentes do meio rural, não querem permanecer vivendo no local, optando pelo êxodo. Nesse contexto, é evidente como a violência de gênero interfere na vida das jovens, tal visão é constatada nos resultados da aplicação dos questionários, ganhando ainda mais força e significado nas entrevistas individuais.

Todos esses atributos interferem diretamente na dinâmica da região periférica ao Instituto Federal, visto que as estudantes que lá se encontram residem nas cidades vizinhas a São Miguel do Oeste, portanto, representam uma parcela da população local. Nesse sentido, observa-se que o patriarcalismo e o conservadorismo estão intrínsecos na realidade das famílias que habitam o Extremo Oeste.

Uma das principais consequências do patriarcado manifesta-se nas dificuldades de permanência no meio rural, na qual a opção mais levantada foi sobre a questão financeira, colocando as mulheres em um protagonismo secundário diante das atividades na propriedade, ou seja, visualiza-se o papel delas apenas como uma auxiliar e não como uma liderança.

De tal maneira, em geral descarta-se a probabilidade da mulher tornar-se sucessora. Entretanto, para permanecer é preciso lutar contra a naturalização da dominação masculina, que muitas vezes acarreta outras violências, essas submersas e camufladas pelo preconceito, desencadeando o notório índice de êxodo das jovens mulheres estudantes.

Há ainda, as jovens que optam por ficar no campo, geralmente continuando os projetos da família. A decisão da permanência, nesse sentido, é influenciada diretamente pelas vivências e aspectos rurais apreciados pelas jovens. Fatores que se mostraram incisivos para tal escolha são, respectivamente, o apreço pelo local e suas características, o gosto pelo trabalho rural, e finalmente, a possibilidade de dar continuidade às atividades da família.

Paralelamente a isso, muitas delas sentem-se incapazes de dar tal continuidade por sentirem-se inseguras com relação ao campo, o que não é uma realidade masculina. Isso se deve, em grande parte, ao poder decisório que os meninos possuem em suas famílias e que é muito menor para as meninas.

Contudo, a maioria dos jovens dizem preferir deixar seu modo de vida no campo e vivenciar novas experiências no meio urbano. Essa decisão – tanto para os meninos quanto para as meninas – foi apontada basicamente pelas maiores oportunidades profissionais e escolares encontradas nos núcleos urbanos. Os jovens visam aprimorar suas formações estudantis objetivando uma melhora em sua vida, principalmente na questão financeira.

Isso origina um cenário negativo para as jovens rurais, já que essas condições acarretam na masculinização do campo e principalmente no envelhecimento da população que vive no campo – levando em consideração o alto índice de êxodo. Em contrapartida, algumas das que optam pela permanência aparentam expressar caráter transformador, ou seja, a condição para que permaneçam vivendo nesses locais é que ele seja diferente de como o conhecem agora, diferente da realidade na qual seus pais estão inseridos, sobretudo numa conjuntura diversa daquela vivenciada por suas mães.

Portanto, verifica-se que ainda existem muitos entraves para a solução desse problema, logo, o papel da transformação é dever de todas e todos, por isso é de fundamental importância pesquisas que tratem das minorias, conferindo visibilidade e voz para quem, historicamente, foi omitido da história.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARROYO, Miguel Gonzalez. A educação básica e o movimento social do campo. In: ARROYO, Miguel Gonzalez; CALDART, Roseli Salete; MOLINA, Mônica Castagna. **Por uma educação do campo**. Petrópolis: Vozes, 2004.

BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo**: fatos e mitos. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 1980.

BELLIN, Greicy Pinto. A crítica literária feminista e os estudos de gênero: um passeio pelo território selvagem. **Revista FronteiraZ**, São Paulo, n. 7, dez. 2011.

BELMIRO, Dalia Maria Musa. **Empoderamento ou objetificação**: um estudo da imagem feminina construída pelas campanhas publicitárias das marcas de cerveja Devassa e Itaipava. Trabalho De Conclusão De Curso (Graduação em Comunicação Social) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Poços de Caldas, 2015.

BORGES, Nathalia. **A evolução recente da mulher no mercado de trabalho brasileiro**: perspectiva social e econômica. Trabalho de Conclusão de Curso (Curso Superior de Economia) – UNICAMP, Campinas, 2009.

BOURDIEU, Pierre. **A Dominação Masculina**. 11 ed. Rio de Janeiro: DFL, 2012.

BRASIL. **Decreto 311, de 2 de março de 1938**. Dispõe sobre a divisão territorial do país, e dá outras providências.

BRUMER, Anita. Gênero e agricultura: a situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul. **Revistas de Estudos Feministas**. Florianópolis, 2004.

BRUMER, Anita; ANJOS, Gabriele. Gênero e reprodução social na agricultura familiar. Presidente Prudente: **Revista Nera**, ano 11, n. 12, p. 6-17, 2008.

CARNEIRO, M. J. O ideal rurbano: campo e cidade no imaginário dos jovens rurais. In: TEIXEIRA DA SILVA, F.C., SANTOS, R., COSTA, L.F.C. (orgs.) **Mundo Rural e Política: ensaios interdisciplinares**. Rio de Janeiro, Ed. Campus/Pronex, 1998. p. 95-118.

CASTRO, E. G. Balanço e perspectivas. In: CARNEIRO, M. J.; CASTRO, E. G. (orgs.). **Juventude rural em perspectiva**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007. p. 128-135.

DAYRELL, Juarez. O jovem como sujeito social. **Revista Brasileira de Educação**, n. 24, set./dez., 2003.

PNUD. **Desenvolvimento Humano para Além das Medias**: 2017. Brasília: PNUD/IPEA/FJP, 2017.

DIÁRIO CATARINENSE. **Sozinhas: Histórias de mulheres que sofrem no campo**. Santa Catarina: Sábado e Domingo, 1º edição, 2 de julho de 2017.

FERREIRA, João Batista. Freud e o Feminismo: considerações. In: DA POIAN, Carmem (org.). **Homem-mulher abordagens sociais e psicanalíticas**. Rio de Janeiro: Liv. Taurus Ed., 1987. p. 47-64.

FURLAN, Cássia Cristina; SANTOS, Patrícia Lessa dos. Futebol feminino e as barreiras do sexismo nas escolas: reflexões acerca da invisibilidade. **Motrivivência**, ano 20, n. 30, p. 28-43, jun., 2008.

GASPARI, Leni Trentim. **Educação e Memória**: Imagens Femininas nas “Gêmeas do Iguaçu” nos anos 40 e 50. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG, 2003.

GIL, Antonio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GOLGHER, André Braz. **Fundamentos da migração**. Belo Horizonte: Cedeplar, 2004.

GRAMMONT, Hubert Carton; VALLE, Luciano Martinez. Introducción. In: GRAMMONT, Hubert Carton; VALLE, Luciano Martinez. **La pluriactividad en el campo latinoamericano**. Quito: Ed. Flacso, 2009. p. 9-19.

HUBERMAN, Leo. **História da Riqueza do Homem**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

IBGE. **Censo demográfico 2010**: universo, características da população e dos domicílios. Rio de Janeiro, 2010.

KLUTHCOVSKY, Ana Cláudia Garabeli Cavalli; TAKAYANAGUI, Angela Maria Magosso. Qualidade de vida: aspectos conceituais. **Revista Solus**, Guarapuava, v. 1, n. 1, p. 13-15, jan./jun., 2007.

KUMMER, Rodrigo. Juventude rural no Brasil: entre ficar e partir. **Tempo da Ciência**, v. 20, n. 39, 2013.

KUMMER, Rodrigo. **Juventudes rurais e permanências**: ruralidades e urbanidades representadas no Extremo Oeste de Santa Catarina. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade – CPDA, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

SILVA, Vinícius. LONDERO, Josirene Candido. **Do matriarcalismo ao patriarcalismo**: formas de controle e opressão das mulheres. In: XII Colóquio Nacional Representações de Gênero e Sexualidade, Campina Grande, 2016.

MARTINS, A. A formação em psicologia e a percepção do meio rural: um debate necessário. **Psicol. Ensino & Form.**, Brasília, v.1, n.1, abr. 2010.

MORAES, Maria de. Usos e limites da categoria gênero. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 11, p. 99-105, 1998.

NEVES, Jonas Anderson Simões das. O trabalho e a construção da identidade feminina na agricultura familiar. **Estudos de Sociologia**, Recife, v. 2, n. 22, 2016.

NUNES, Maria Terezinha. A efetividade do princípio da igualdade no estado democrático de direito: por uma interpretação constitucionalmente adequada aos direitos da mulher no trabalho. **Revista de Informação Legislativa**, Brasília, v. 44, n. 173, p. 225-238, jan./mar., 2007.

PAULILO, Maria Ignez Silveira. O peso do trabalho leve. **Ciência Hoje**, Rio de Janeiro: SBPC, v. 5, n. 28, p. 64-70, jan./fev., 1987.

PONTES, Beatriz Maria Soares. A organização da unidade econômica camponesa: alguns aspectos do pensamento de Chayanov e de Marx. **Revista Nera**, Natal, ano 8, n. 7, 2005.

SANTOS, Aline Tosta. A construção do papel social da mulher na Primeira República. **Em Debate**, Rio de Janeiro, v. 8, p. 1-19, 2019.

SARTRE, Jean Paul. **O Existencialismo é um humanismo**. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

SILVA, Elisabete Joaquina da. **Do campo para a cidade**: as relações de gênero e o êxodo das jovens mulheres. In: III Seminário Nacional Gênero e Práticas Culturais olhares diversos sobre a diferença, João Pessoa-PB, 26 a 28 de outubro de 2011, **Anais...**, João Pessoa, 2011.

STROPASOLAS, Valmir Luiz. O valor (do) casamento na agricultura familiar. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, n. 12, p. 253-267, jan./abr. 2004.

VALADARES, A. A. et al. Os significados da permanência no campo: vozes da juventude rural organizada. In: SILVA, E. R. A; BOTELHO, R. U. (Orgs.). **Dimensões da Experiência Juvenil Brasileira e Novos Desafios às Políticas Públicas**. Brasília: Ipea, 2016. p. 59-94.

VEIGA, José Eli da. A dimensão rural do Brasil. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, vol. 12, n. 1, p. 71-94, 2004.

8. ANEXOS

8.1 Anexo I – Questionários para Alunos do Meio Rural

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SANTA CATARINA – IFSC QUESTIONÁRIO DE PESQUISA EXPLORATÓRIA⁹

Data de Nascimento: ___/___/_____. Idade: _____ anos. Sexo:¹⁰ () Feminino () Masculino

Comunidade e município em que reside:

1. Você reside no meio rural há quanto tempo?

a) () Desde que nasci. b) há _____ anos.

2. Você já saiu do meio rural para residir no meio urbano?

a) () sim. b) () não.

3. As atividades que seu grupo familiar desenvolve são ligadas essencialmente à agricultura?

a) () sim. b) () não.

4. Algum membro de seu grupo familiar (daqueles que moram na mesma casa que você) desenvolve outra atividade, que NÃO seja ligada a agricultura?

a) () sim. b) () não.

Em caso de resposta afirmativa, diga qual a atividade desenvolvida e por qual membro do grupo familiar. Ex.: Pai: motorista; Mãe: cozinheira; Etc.

- a) _____
b) _____
c) _____
d) _____

5. Você pretende continuar vivendo no meio rural?

a) () sim. b) () não. c) () talvez.

6. Se você PRETENDE permanecer no meio rural, ao que se deve essa decisão.

7. Supondo que você NÃO pretende continuar vivendo no meio rural, qual é o motivo dessa tomada de decisão?

8. Do que você MAIS gosta da vida no meio rural?

⁹ Na análise dos dados não foram tratadas todas as variáveis obtidas nos questionários, pois inicialmente baseava-se em uma pesquisa exploratória.

¹⁰ Nos questionários trabalhou-se com questões binárias, não levou-se em consideração o gênero em que o indivíduo “se vê”.

9. Do que você MENOS gosta da vida no meio rural?

10. O que MAIS lhe incomoda na vida no meio rural?

- a) a dificuldade de acesso à renda.
- b) a rotina de trabalho;
- c) a falta de opções de lazer;
- d) a dificuldade de acesso aos estudos;
- e) conflitos internos com os membros do grupo familiar;
- f) questões de gênero;
- g) outro.

Qual?

11. Em algum momento você se sentiu impossibilitado de fazer alguma coisa por viver no meio rural?

- a) sim.
- b) não.

12. Você já se sentiu inferiorizado no seio familiar?

- a) sim.
- b) não.

13. Se sim, quem causou essa situação?

- pai. mãe. irmão. irmã. avó/avô. outro.

14. Qual o seu papel nas atividades do grupo familiar? Você considera justo?

15. Você está satisfeito com sua condição de vida atual?

- a) sim.
- b) não.

16. Sua mãe e seu pai lhe incentivam a permanecer no campo?

- a) sim.
- b) não.

Se sim, quem lhe incentiva?

- pai. mãe. ambos.

Em caso de resposta negativa, a que eles lhe incentivam?

17. Você participa dos projetos e das decisões que a família toma em relação à agricultura?

- a) sim.
- b) não.

18. Quais as dificuldades que você percebe para continuar a viver no campo?

19. Se você pretende continuar na agricultura, percebe facilidade em montar sua própria propriedade?

- a) sim.
- b) não.

20. O que estaria faltando no meio rural para que você permaneça nele ou para que ele melhore?

21. Como o poder público poderia melhorar a vida no campo?

22. Você entende que o meio rural está sendo bem atendido em todas as suas necessidades pelas autoridades políticas?

a) () sim. b) () não.

23. Como você define o meio rural?

24. Como você define o meio urbano?

25. Você vê com naturalidade a possibilidade de casar-se com alguém que vive no meio rural e permanecer vivendo lá?

a) () sim. b) () não.

8.2 Anexo II - Questionários para Alunos do Meio Urbano

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SANTA CATARINA – IFSC QUESTIONÁRIO DE PESQUISA EXPLORATÓRIA

Data de Nascimento: ___/___/_____. Idade: _____ anos. Sexo: () Feminino () Masculino

Bairro e município em que reside:

1. Você reside no meio urbano há quanto tempo?

- a) () Desde que nasci. b) há _____ anos.

2. Você já saiu do meio urbano para residir no meio rural?

- a) () sim. b) () não.

3. Os membros do seu grupo familiar se enquadram em qual dessas situações? (Podem ocorrer respostas múltiplas).

- a) () Trabalho formal;
b) () Trabalho informal;
c) () Negócio próprio;
d) () Desempregada(o);
e) () Aposentada(o).
f) () Não trabalha.

4. Algum membro de seu grupo familiar desenvolve atividade que seja ligada à agricultura?

- a) () sim. b) () não.

5. Você pretende continuar vivendo no meio urbano?

- a) () sim. b) () não. c) () talvez.

6. Se você **PRETENDE** permanecer no meio urbano, a que se deve essa decisão?

7. Supondo que você **NÃO** pretende continuar vivendo no meio urbano, qual é o motivo dessa decisão?

8. Do que você **MAIS** gosta da vida no meio urbano?

9. Do que você **MENOS** gosta da vida no meio urbano?

10. O que **mais** lhe incomoda na vida no meio urbano?

- a) () dificuldade de mobilidade (trânsito);
b) () rotina de trabalho;
c) () falta de opções de lazer;
d) () violência;

- e) () barulho;
f) () falta de liberdade;
g) () outro.
Qual? _____

11. Em algum momento você se sentiu impossibilitado de fazer alguma coisa por viver no meio urbano?

- a) () sim. b) () não.

12. Você já se sentiu inferiorizado no seio familiar?

- a) () sim. b) () não.

13. Se sim, quem causou essa situação?

- () pai. () mãe. () irmão. () irmã. () avó/avô. () outro.

14. Qual o seu papel nas atividades do grupo familiar? Você considera justo?

15. Você está satisfeito com sua condição de vida atual?

- a) () sim. b) () não.

16. Sua mãe e seu pai lhe incentivam a permanecer no meio urbano e desenvolver a mesma atividade que eles?

- a) () sim. b) () não.

Se sim, quem lhe incentiva?

- () pai. () mãe. () ambos.

Em caso de resposta negativa, a que eles lhe incentivam?

17. Você participa dos projetos e das decisões que a família toma em relação a trabalho e renda?

- a) () sim. b) () não.

18. Quais as dificuldades que você percebe para continuar a viver no meio urbano?

19. Se você pretende continuar no meio urbano, percebe facilidade em encontrar emprego ou montar seu próprio negócio?

- a) () sim. b) () não.

20. O que estaria faltando no meio urbano para que você permaneça nele ou para que ele melhore?

21. Como o poder público poderia melhorar a vida no meio urbano?

22. Você entende que o meio urbano está sendo bem atendido em todas as suas necessidades pelas autoridades políticas?

- a) () sim. b) () não.

23. Como você define o meio rural?

24. Como você define o meio urbano?

25. Você vê com naturalidade a possibilidade de casar-se com alguém que vive no meio rural e passar a viver lá?

a) () sim.

b) () não.

8.3 Anexo III – Roteiro de Entrevista para Alunas do Meio Rural

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SANTA CATARINA – IFSC ROTEIRO DE ENTREVISTA

DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

1. Nome:
2. Idade:
3. Como é composta a família?
4. Qual atividade desenvolvida na propriedade?
5. Você tem ligação direta com essas atividades?

ROTEIRO PARA AS ESTUDANTES DO SEXO FEMININO

- Você percebe alguma inferiorização na família? Ou alguém que tenha voz mais importante? Alguém que comanda?
- Se você pudesse construir um grau de papel de importância da sua família, que grau você ocuparia? E sua mãe e seu pai?
- Você é feliz?
- Você pretende ficar no campo?
 - Se sim, por quê? (Motivos, anseios, receios, ambições, sonhos...)
 - Se não, por quê?
- O que seus pais pensam sobre isso? Há apoio ou eles discordam?
- Seus pais acreditam que sua futura profissão está ligada ao fato de você ser mulher?
- Se se visse obrigada a permanecer no campo, quais você acredita que seriam os motivos possíveis?
- Relação com o IFSC

ROTEIRO PARA OS ESTUDANTES DO SEXO MASCULINO

- Você nota que tipo de diferença entre homens e mulheres no campo, na sua família? (tratamento, trabalho)
- Em algum momento você já se sentiu inferior ou superior à alguma mulher na sua família?
- Quais atividades você desempenha? E sua mãe/irmãs?
- Você acredita que as atividades que cada um desempenha estão direta ou indiretamente ligadas ao gênero? Por quê?
- Você acredita que as funções que cada um realiza são destinadas segundo gênero? Por exemplo, ser homem automaticamente lhe encarrega das atividades que pratica?
- Seu pai tem maior autoridade em casa? Se sim, quando tiver a sua própria família, gostaria que continuasse dessa forma?
- O fato de ser homem te coloca em alguma posição obrigatória?

ROTEIRO PARA OS FAMILIARES DAS ESTUDANTES

- Quem comanda a casa?
- Quais as suas funções? Você acha justo?
- Se tiver filho e filha, quais as suas funções?
- Você deseja que sua filha permaneça no campo? Por quê?
- Você e o pai/mãe de sua filha concordam com todos os aspectos de sua criação? Se não, em que discordam?
- Em quais aspectos você acredita que mais influencia na vida, nas decisões de seus filhos? E seu marido?
- Tendo um filho e uma filha, com qual percebe ter uma ligação maior?

8.4 Anexo IV – Orçamento

Descrição	Quantidade	Valor unitário	Valor total
Caneta esferográfica 1.0mm Cristal Azul Bic	5	R\$ 2,50	R\$ 12,50
Papel Sulfite A4 Chamequinho (100 folhas)	5	R\$ 5,20	R\$ 26,00
Caneta Hidrográfica Preta Color 850 – Pilot	3	R\$ 4,99	R\$ 14,97
A Dominação Masculina – Pierre Bourdieu	3	R\$ 23,00	R\$ 69,00
Impressões	195	R\$ 0,15	R\$ 29,25
Encadernação	3	R\$ 6,00	R\$ 18,00
Total			R\$169,72